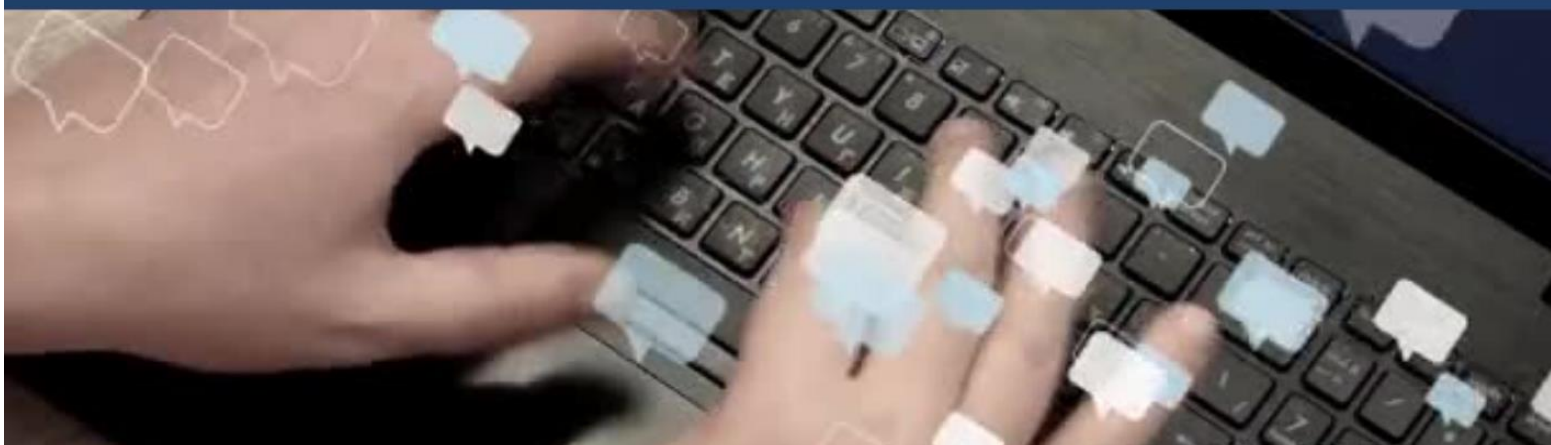


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2019



MAIO DE 2020

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Av. Mendonça Júnior, 1502, Central, Macapá/AP. CEP 68900-020

Visite a página do TRE-AP para obter contatos e outras informações:

www.tre-ap.ius.br

<http://www.tre-ap.ius.br/transparencia>

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte, sendo vedada sua comercialização

Consolidação: Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica - ASPLAN.

asplan@tre-ap.ius.br | (96) 3198-7660

Fonte dos dados: Setores diversos do TRE-AP

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. – Macapá: TRE-AP/ASPLAN, 2019.

90 p.

1. Tribunal Regional Eleitoral do AMAPÁ – Prestação de Contas. 2.

Relatório de Gestão. I. Título. II. Título.

Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e informações publicadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	8
ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL NO AMAPÁ	8
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
MODELO DE NEGÓCIOS	11
CADEIA DE VALOR	14
GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	15
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016/2021	15
MAPA ESTRATÉGICO	16
ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	17
PLENO DO TRIBUNAL	19
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS	21
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES	22
TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL	23
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	24
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	27
PRINCIPAIS RISCOS	27
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	28
PERSPECTIVAS	29
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	30
RESULTADOS DAS ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO	31
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31
GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS	36
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	50
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	53
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	67
GESTÃO DE CUSTOS	68
GESTÃO JUDICIÁRIA	74
GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE	78
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	81
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	81
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO, DVP E DFC)	82

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	86
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	86
INFORMAÇÕES DO FUNDO PARTIDÁRIO	87
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO NA SEARA DAS ATIVIDADES ELEITORAIS DE 1º GRAU	88
APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	89
ANEXOS E APÊNDICES	90
I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (UNIDADE CONTÁBIL)	90
II - DESEMPENHO FÍSICO-FINANCEIRO	90

MENSAGEM DO PRESIDENTE



É com grande satisfação que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e em observância às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta seu relatório referente ao exercício de 2019, na forma de Relato Integrado; na

certeza de que é um instrumento de *accountability* resultante da Governança Pública.

A alta gestão do TRE-AP tem a consciência de que a Governança Pública, através de seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, tem papel fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição e consequentemente, e que julgamos ser o mais importante, a geração de valor à sociedade.

Buscando assegurar o alcance dos resultados almejados e o fortalecimento dos controles internos nas rotinas de trabalho, foram instituídos o Sistema de Governança e Gestão, o Programa de Incentivo à Participação Institucional Feminina e criada a Comissão Permanente de Segurança. Além disso, no sentido de direcionar os esforços em prol da melhoria contínua, foi publicado o Plano de Gestão 2019-2021, desenvolvido em harmonia com o Plano Estratégico 2016-2021. Vale ressaltar que a elaboração deste relatório anual de gestão não é apenas uma forma de prestar contas ao conferir transparência aos atos praticados por este órgão, mas também uma oportunidade de reflexão institucional, na medida em que revisita os planos traçados, objetivos alcançados e dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2019.

Foram desenvolvidas ações voltadas para educação sociopolítica da sociedade. Foi lançado o projeto “EU DECIDO” com o objetivo de fomentar o alistamento eleitoral dos jovens de 16 a 18 anos incompletos. Também de relevância, o projeto “Valorize seu Voto” da Escola Judiciária Eleitoral, foi levado aos municípios do interior do estado e atingiu 1863 crianças estimulando a discussão sobre a importância do voto e levantando questões de cidadania dentro da escola. Também foi levado às Zonas Eleitorais do estado o projeto Política e Cidadania com o objetivo de formar cidadãos que pretendam se candidatar a cargos eletivos.

O Planejamento Integrado das Eleições com o objetivo de traçar as estratégias da Justiça eleitoral do Amapá para o êxito das eleições municipais de 2020 foi elaborado com a

participação de todos os chefes de cartório das zonas Eleitorais do estado e dos Secretários e Coordenadores da sede do tribunal.

Na área da sustentabilidade O TRE-AP tem destaque a destinação de papel para reciclagem. Em 2019 foram 2.508 kg de papel destinados para essa finalidade.

O TRE-AP vem envidando esforços no sentido de tornar suas unidades mais acessíveis, e em 2019 fez adaptações em sua estrutura física instalando piso tátil nas áreas internas e externas. Através da Comissão de Acessibilidade promoveu Curso de Libras aos servidores e a Semana de Acessibilidade e Inclusão da Amazônia para a sociedade.

A Justiça Eleitoral do Amapá tem pautado suas iniciativas em ações planejadas e voltadas para “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”. Os resultados que vem sendo alcançados refletem o intenso trabalho de priorização do planejamento institucional, de valorização das pessoas e do compromisso em levar o Tribunal ao mais elevado nível de atuação estratégica.

Por fim, com uma gestão calcada em modernas técnicas e um corpo de magistrados, servidores e colaboradores motivados, a Justiça Eleitoral do Amapá busca vencer os desafios visando “SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE” e assim buscar atender aos anseios da sociedade.

Des. Rommel Araújo de Oliveira
Presidente

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Atuação da Justiça Eleitoral no Amapá

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 10 (dez), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.



Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005, regulada pela [Resolução TRE/AP nº 406/2012 \(regulamento da Secretaria\)](#) guarda simetria com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, aplicáveis a todos os tribunais regionais eleitorais, com fundamento na Resolução TSE nº 22.138/2005.

O Regulamento Interno da Secretaria do TRE-AP (Resolução TRE-AP nº ____/20__ e alterações posteriores), abrange o conjunto de unidades que desempenham atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da missão institucional.

[illegible]

Modelo de Negócios

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteando-se pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os primeiros macroprocessos delineados foram os finalísticos e estão em fase de estudos o delineamento dos macroprocessos de apoio e gerenciais:

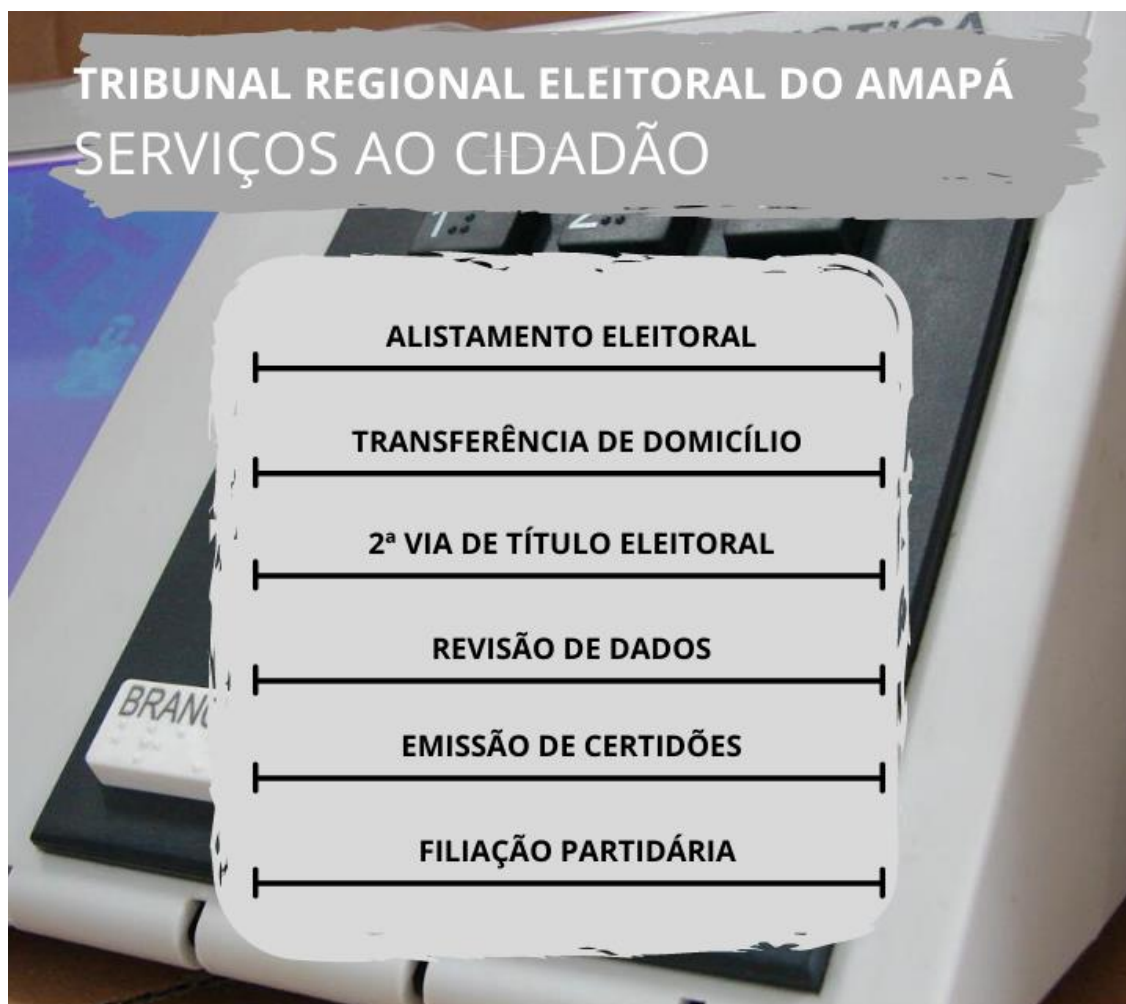
-  **Macroprocessos de apoio:** são processos transversais que apoiam outros processos internos, sendo indispensáveis para a gestão efetiva do negócio. Administram os recursos da instituição e viabilizam o funcionamento coordenado dos vários subsistemas da organização;
-  **Macroprocessos gerenciais:** medem e orientam a gestão da organização. Os processos enquadrados nesta categoria estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento de metas.

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.



-  **Prestação de Serviços ao Cidadão e aos Partidos Políticos** Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos aos eleitores e candidatos. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

Figura 02 - Principais serviços ao Cidadão e aos Partidos



Logística do Processo Eleitoral

Envolve a operacionalização do processo eleitoral, abrangendo as principais fases da logística do processo eleitoral

Figura 03 - Logística do Processo Eleitoral



Prestação Jurisdicional Eleitoral

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: 1º Grau (Juízes das Zonas Eleitorais) e de 2º Grau (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

Cadeia de Valor

A cadeia de valor é resultante do levantamento de todas as ações ou processos necessários para gerar ou entregar produtos ou serviços aos usuários. É por intermédio dessa identificação encadeada que se tem uma melhor visão do valor ou benefício que se agrega em razão dos processos de trabalho.

A cadeia de valor da Justiça Eleitoral do Amapá ainda não possui formalmente a representação gráfica da cadeia de valor aprovada pelo pleno da Instituição.

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

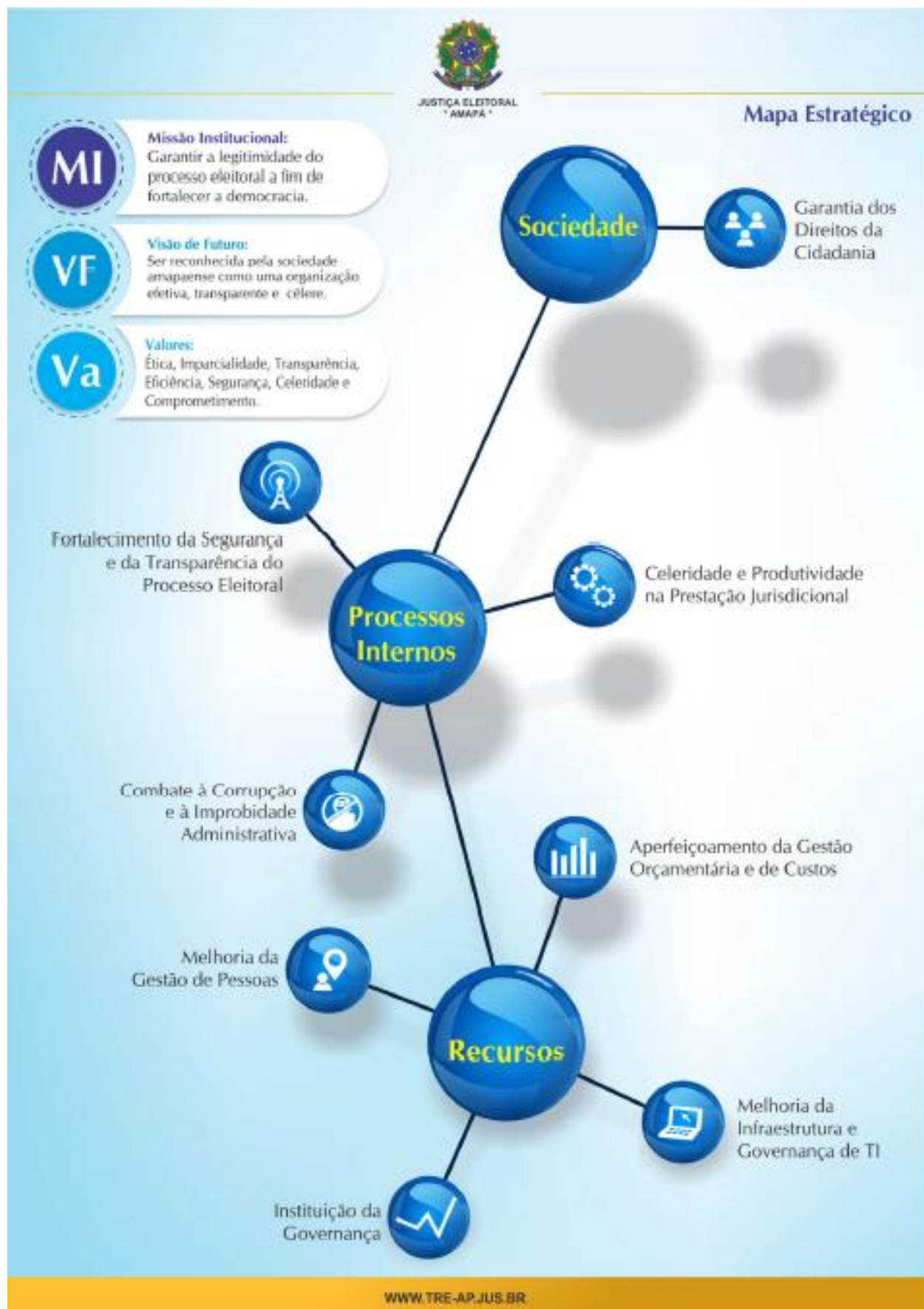
Planejamento Estratégico 2016/2021

O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 198, de 1º de julho de 2014, normatizou o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, incrementou a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2015/2020 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

No mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução nº 23.439, de 12 de março de 2015 que aprova o Planejamento Estratégico daquela Corte Eleitoral para o período de 2015 a 2020.

O [Planejamento Estratégico TRE-AP 2016/2021](#) é uma ferramenta de gestão, constitui-se em prática basilar da boa governança corporativa, por meio da qual os gestores asseguram uma atuação mais proativa e integrada com a realidade, possibilitando, assim, um melhor desempenho institucional, com elementos que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos.

Mapa Estratégico



Estruturas de Governança

A Governança conceitualmente é um mecanismo de avaliação, liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

No mesmo sentido, a Gestão é o funcionamento da organização no contexto de estratégias, políticas, processos, normatização e procedimentos estabelecidos, sendo responsável pelo planejamento, execução, avaliação das ações, manejo dos recursos e poderes disponibilizados para consecução de seus objetivos.

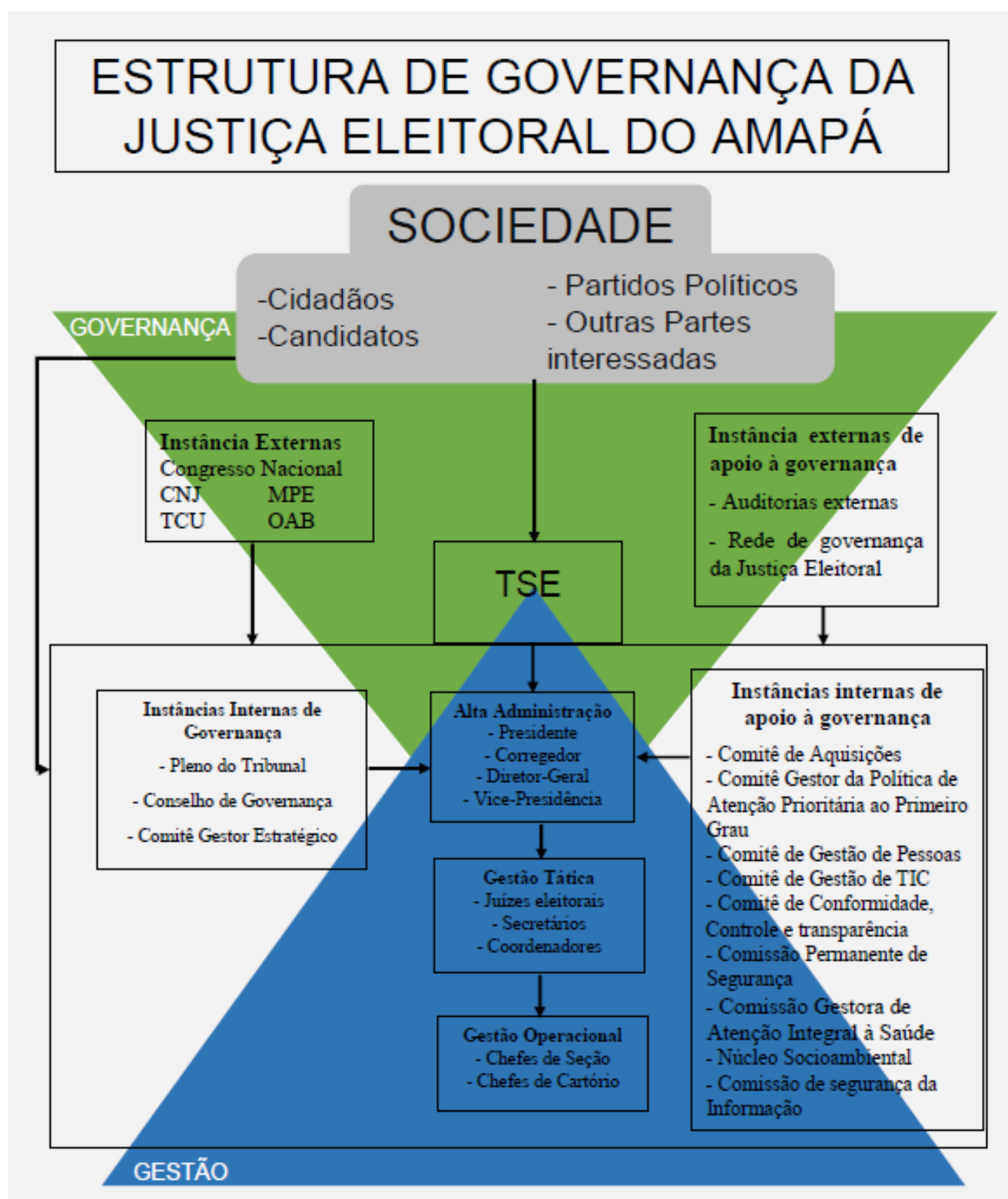
Na Justiça Eleitoral do Amapá o Sistema Governança e Gestão compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Amapá, de modo a viabilizar a melhoria contínua.

São instâncias de governança internas: Tribunal Pleno, Conselho de Governança e Comitê Gestor Estratégico. Compõe o Conselho os ocupantes dos cargos de (1) Presidente do Tribunal, (2) Corregedor Regional Eleitoral, (3) magistrado indicado pelo pleno e o (4) Diretor-Geral.

Constam no Planejamento Estratégico 2016/2021, na perspectiva recursos, o macrodesafio **Instituição da Governança e Governança de TI**.

No ano de 2019 foi editada a [Resolução TRE-AP nº 529/2019 \(Sistema de Governança e Gestão\)](#) e a [Resolução TRE-AP nº 475/2016 \(Governança Corporativa de TIC\)](#)

Há também diversos outros comitês e comissões que apoiam indiretamente as estruturas de governança e gestão. (citar com link, aquisição, pessoas, etc).



Pleno do Tribunal

Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos colegiados, sua composição está disposta no art. 120, § 1º da Constituição Federal. Possuem sede na Capital dos Estados e jurisdição em toda circunscrição estadual.

Especificamente são compostos por:

- dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, por estes eleitos mediante voto secreto;
- dois Juízes, dentre os Juízes de Direito de última entrância, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- um Juiz Federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- por nomeação pelo Presidente da República, de dois Juízes dentre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos dentre os Desembargadores (Constituição Federal, Art. 120, §2º). A função do Corregedor Regional Eleitoral é exercida, cumulativamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Quadro 01 – Pleno do TRE-AP – Titulares – Atualizada em 05/03/2020

Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Rommel Araújo de Oliveira	Desembargador/Presidente	08.03.2019	08.03.2021	Primeiro
Gilberto de Paula Pinheiro	Desembargador/Vice-Presidente e Corregedor	08.03.2019	08.03.2021	Primeiro
Jucélio Fleury Neto	Juiz Federal/Ouvidor Regional Eleitoral	28.01.2019	28.01.2021	Primeiro
Marcus Vinicius Gouvea Quintas	Juiz de Direito	14.05.2019	14.05.2021	Primeiro
Rogério Bueno da Costa Funfas	Juiz de Direito	23.07.2018	23.07.2020	Primeiro
Léo Alexandro de Lima Furtado	Jurista/Diretor da Escola Judiciária Eleitoral	29.06.2018	29.06.2020	Segundo
Jâmison Nei Mendes Monteiro	Jurista	30.05.2019	30.05.2021	Segundo
Joaquim Cabral da Costa Neto	Procurador Regional Eleitoral	-	-	Primeiro

Obs.: [Composição atualizada no site](#)

Quadro 02 - Pleno do Tribunal – Substitutos – Atualizada em 05/03/2020

Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Carmo Antônio de Souza	Desembargador	21.03.2019	21.03.2021	Primeiro
Manoel de Jesus Ferreira de Brito	Desembargador	25.04.2019	25.04.2021	Primeiro
Hilton Sávio Gonçalves Pires	Juiz Federal	28.01.2019	28.01.2021	Primeiro
Mário Euzébio Mazurek	Juiz de Direito	31.01.2018	31.01.2020	Primeiro
Keila Christine Banha Bastos Utzig	Juíza de Direito	08.07.2019	08.07.2021	Primeiro
Rivaldo Valente Freire	Jurista	28.01.2019	28.01.2021	Primeiro
Gabriela Valente Siqueira	Jurista	28.01.2019	28.01.2021	Primeiro
A informar	-	-	-	-

Obs.: [Composição atualizada no site](#)

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e as partes Interessadas

Canais de acesso ao cidadão

(<http://www.tre-ap.jus.br/o-tre/ouvidoria>)

A Ouvidoria do TRE/AP foi instituída com a missão de atuar como canal permanente de comunicação entre o eleitor e as unidades da Justiça Eleitoral, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo TRE/AP, e para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá.

No ano de 2019 foram recebidos 80 (oitenta) atendimentos. Cerca de 85% deles eram sobre assuntos das unidades internas da Sede e dos cartórios e 15% relativos a Lei nº 12.527/2011.

Figura 06 – Canais de Acesso ao Cidadão



Cartas de Serviços ao cidadão

(<http://www.tre-ap.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor>)

Objetiva informar ao cidadão sobre serviços prestados pelo TRE-AP, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Contempla três formatos de divulgação:



Mecanismos de transparência das informações

(<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia>)

A Resolução TRE/AP nº 498/2017 regulamentou a aplicação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editou a Resolução 215/2015, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527/2011 no âmbito do Poder Judiciário e instituiu o *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário.

Citado *ranking* possui avaliação nacional pelo CNJ, desde de 2018, para todos os segmentos de justiça do Poder Judiciário. Este Regional no ano de 2018 obteve: 50,71% e no ano de 2019: 68,03% do percentual de cumprimento dos requisitos.

Na mesma forma, à Comunicação Social é disponibilizada no portal do TRE/AP e na publicação de matérias e vídeos. No ano de 2019 foram produzidas e disponibilizadas ao público externo 189 matérias jornalísticas.

Transparência na Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal

Durante o exercício o Tribunal adotou medidas visando tornar público em seu sítio eletrônico, as informações referentes à gestão orçamentária, financeira e fiscal, através do ícone intitulado Portal Transparência, que se transformou em importante instrumento de gestão ao disponibilizar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações importantes sobre os seguintes temas:

Gestão Fiscal: em atenção ao disposto no artigo 55, inciso I, alínea “a” da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal Unidade, o TRE/AP publicou no Diário Oficial da União e na internet o Relatório de Gestão Fiscal, através do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, objetivando o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF que são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL).

- Disponível em:

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal>

Gestão orçamentária e Financeira: em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 195/2004 e 102/2009, bem como à Lei nº 12.527/2011 (Acesso à Informação), por meio de informações extraídas do SIAFI o TRE/AP disponibilizou demonstrativos da execução das ações consignadas no orçamento de 2019, bem como tornou público a sua Proposta Orçamentária Anual e a Lei Orçamentária Anual - LOA/2019.

- Disponível em:

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/execucao-orcamentaria-e-financeira>

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/anexo-i-e-ii-da-resolucao-cnj-no-102-2009>

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/pagamentos-1/relacao-valores-pagos-por-fornecedores>

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR950), Acessibilidade é definida como “ a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Criado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral foi instituído em 2012, por meio da Resolução [TSE nº23.381/12](#), sua meta é implantar gradualmente medidas para remover barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, sempre com o objetivo de promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou mobilidade diminuída no processo eleitoral.

Diante desse cenário positivo o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá através da Comissão Permanente de Acessibilidade e inclusão instituiu o Programa “ VOTAR SEM BARREIRAS ” com o objetivo de buscar a adoção de política de acessibilidade com vista à equiparação de oportunidades no exercício da cidadania aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.



No ano de 2019, o destaque foi a realização do curso de Libras, com carga horária de 60 horas, ministrado para servidores do TRE-AP, Ministério Público (MP), Tribunal de Justiça (TJAP), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). Este projeto gerou o Coral de Libras e buscou promover o conhecimento da cultura e identidade surda a partir do ensino da Língua Brasileira de Sinais, fornecendo competências comunicativas, ampliando a difusão e interação da comunidade surda e a sociedade.

Semana da Acessibilidade e Inclusão na Amazônia

CORAL DE LIBRAS



A Justiça Eleitoral do Amapá por meio da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em parceria com Pró Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias da Universidade Federal do Amapá (Unifap), promoveu nos dias 21 e 22 de novembro, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a “Semana da Acessibilidade e Inclusão na Amazônia”. O evento fez parte do programa “Votar sem Barreiras”.

O evento consistiu em uma programação especial de cunho informativo

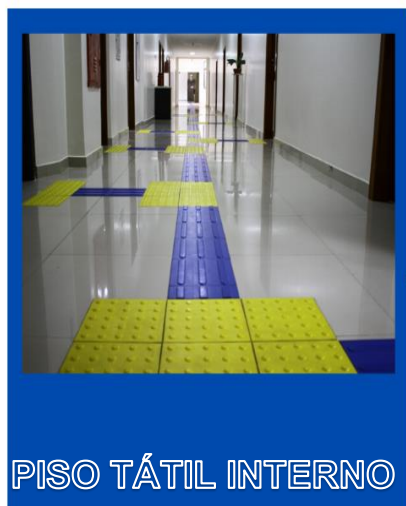
cultural entre a comunidade, entidades e o poder público, intensificando campanhas e ações que envolvam temáticas sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiências, mobilidade reduzida e doenças raras, favorecendo o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção.

A programação foi vasta, contando com a apresentação do Coral de Libras dos alunos do curso de libras deste Tribunal, apresentação do grupo de dança do Centro de Apoio Pedagógico para Pessoas com Deficiência Visual do Amapá, grupo Enxergando através da Dança, palestras e mesa redonda.



Adaptações da Estrutura Física às Exigências da ABNT NBR

Outro projeto importante do programa "Votar sem Barreiras" foi adaptar a estrutura física dos prédios aos requisitos técnicos da ABNT NBR 9050:2004, para melhor mobilidade do cidadão.



Executado: 98,71 m²

Especificação: piso tátil para área interna de borracha, com dimensões de 25x25 cm, em conformidade com a



Executado: 338,43 m²

Especificação: piso tátil para área externa de concreto, com dimensões de 40x40 cm, em conformidade com a NBR



Executado: 36,77 m

Especificação: corrimão com altura de 92 cm, barra superior, e 70 cm, barra inferior, em conformidade com a NBR 9050.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Principais riscos

Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

A organização deu um passo importante, em direção à implantação da gestão de riscos com a edição da [Resolução TRE-AP nº 522/2018](#), que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Para dar concretude foi criada a Comissão de Implementação da Política de Gestão de Riscos (Portaria TRE/AP 152/2019). Porém foi há carência do aprofundamento dos estudos face as diversas outras demandas existentes nem como a falta de capacitação dos principais envolvidos.

Figura XX – Principais fontes de riscos

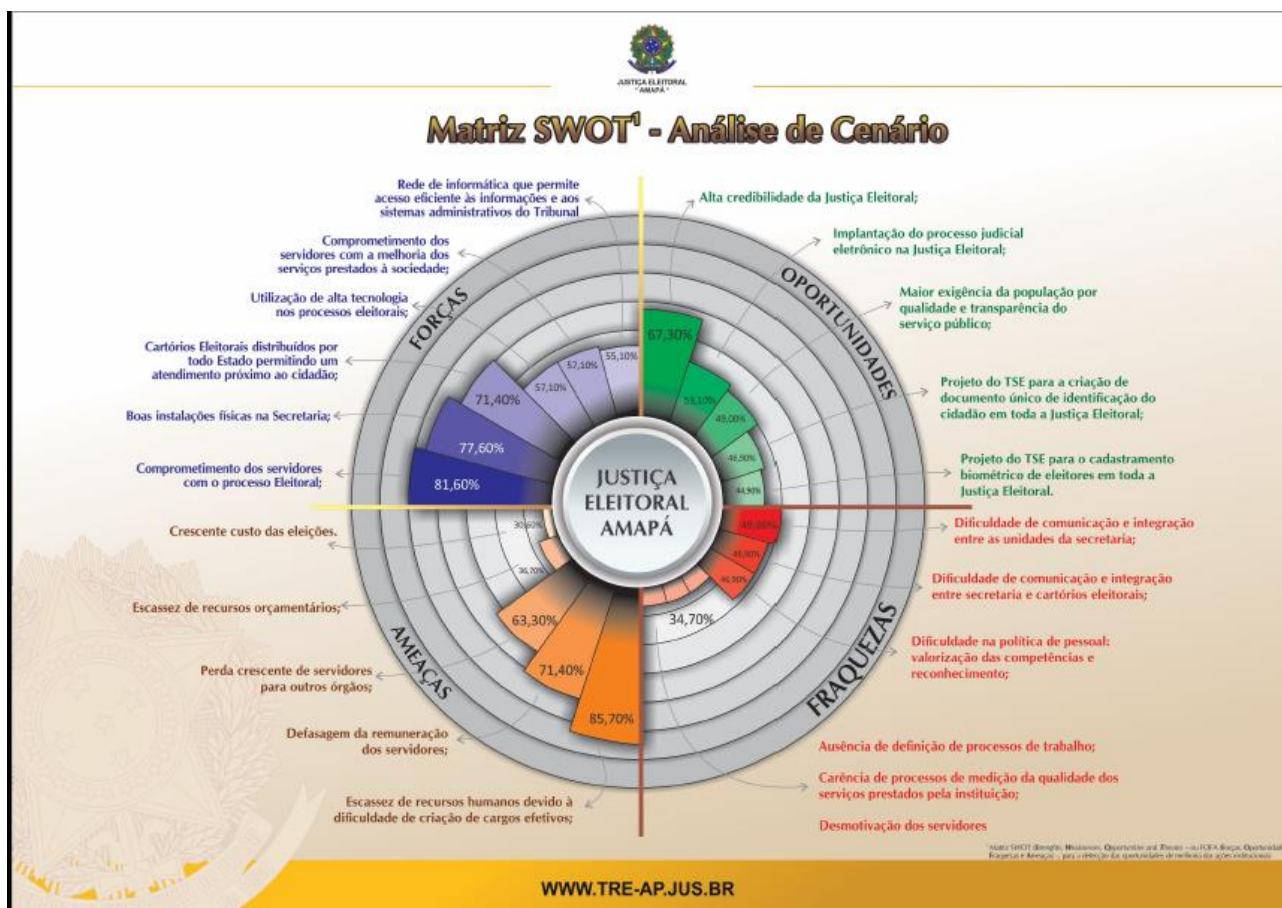
RISCOS DE COMUNICAÇÃO Estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade);	RISCOS ORÇAMENTÁRIOS Eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.	RISCOS DE CONFORMIDADE Estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição;
RISCOS ESTRATÉGICOS: Estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico institucional	Fontes específicas de riscos 	RISCOS TECNOLÓGICOS Possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação;
RISCOS DE IMAGEM: Danos à reputação	RISCOS OPERACIONAIS Possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes);	RISCOS SOCIOAMBIENTAIS Risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;

Principais oportunidades

(<http://www.tre-ap.jus.br/o-tre/mapa-estrategico>)

As principais oportunidades foram catalogadas na matriz SWOT constante no planejamento estratégico 2016/2021. Tendo com destaques: (1) alta credibilidade da Justiça eleitoral e (2) Implantação do processo judicial eletrônico dentre outros.

Figura XX –Matriz SWOT – Planejamento Estratégico 2016/2021



Probabilidade de ocorrência de risco e oportunidade

Ainda não foi realizado estudo com método científico sobre a probabilidade de ocorrência de risco e do aproveitamento das oportunidades.

Perspectivas

➤ **Dimensionamento da força de trabalho**

Um dos principais desafios a ser enfrentado consiste no dimensionamento da força de trabalho, considerando-a nas dimensões quantitativas e qualitativas, objetivado : manter o quadro de pessoal ao longo dos anos; otimizar o uso do capital humano; preparar (capacitar), alocar e direcionar os servidores de forma adequada; e manter o conhecimento acumulado (preparação de sucessores), sempre pensando nos desafios presentes e futuros da Administração Pública.

Por meio do dimensionamento da força de trabalho é possível identificar lacunas ou excessos e desenvolver estratégias de gestão de pessoas (realocação, contratação, desenvolvimento, terceirização, etc.) para solucionar os problemas encontrados.

➤ **Restrição orçamentária**

Emenda Constitucional n. 95/2016, que limita por 20 (vinte) anos o aumento de gastos públicos impacta fortemente a necessidade de recomposição da força de trabalho do Tribunal, haja vista, inclusive, os impedimentos para nomeação de novos servidores e a aquisição de novos materiais, reformas, construção etc.

➤ **Virtualização processual – PJe**

Com a implantação do PJe também no 1º grau de jurisdição, o TRE projeta agilizar a tramitação processual, gerar economia considerável de recursos financeiros e materiais (papel, toner e impressoras) e redimensionar a força de trabalho em algumas áreas (montagem e numeração de processos físicos, por exemplo). Por outro lado, espera-se também aumento da judicialização em razão da gratuidade da Justiça Eleitoral e da maior facilidade de peticionamento gerada pelo PJe. O tribunal está monitorando essas variáveis e promoverá os ajustes necessários de sua estrutura em razão da nova realidade.

➤ **ELEIÇÕES 2020 - O combate à desinformação**

O combate à desinformação deve ser outro pilar da atuação da Justiça Eleitoral em 2020. Tornar o processo eleitoral mais transparente (facilitando a fiscalização e permitindo auditorias), disponibilizar informações nos diversos meios de comunicação (campanhas em site, redes sociais, rádios e televisão) e combater as denominadas *fake news* são trabalhos já em andamento e que permitirão fortalecer a imagem institucional e aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO**Objetivos, Indicadores e as metas de desempenho****DESEMPENHO DOS INDICADORES DE GESTÃO**

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO: o Planejamento Estratégico do TRE/AP para o período 2016-2021 estabeleceu Objetivos Estratégicos visando a melhoria do desempenho institucional para período, dentre os quais o Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, sinônimo de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, estabelecendo-se uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TRE/AP:

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira			
Indicador	Periodicidade	Meta Prevista	Meta Apurada
Execução Planejada (Aderência)	Anual	75%	81%
Perdas Orçamentárias	Anual	8%	1%
Restos a Pagar a Inscrever (E.C. nº 95/2016)	Anual	9%	7%
Utilização do limite de Pagamento (E.C. nº 95/2016)	Anual	92%	92%
Notas: 1. Na análise dos indicadores, foram consideradas as despesas discricionárias, que envolvem gastos com a manutenção do órgão, tais como contratos, aquisição de materiais de consumo e permanente, etc; 2. Execução Planejada: representa a parcela das Despesas Empenhadas em conformidade com a Previsão Inicial. O indicador é aferido com base na finalidade dos gastos. 3. Perdas Orçamentárias e Restos a Pagar a Inscrever: busca-se atingir o menor percentual; 4. Utilização do Limite de Pagamento: foram contempladas as despesas ocorridas no exercício e os Restos a Pagar, relativamente ao limite disponibilizados pelo TSE.			

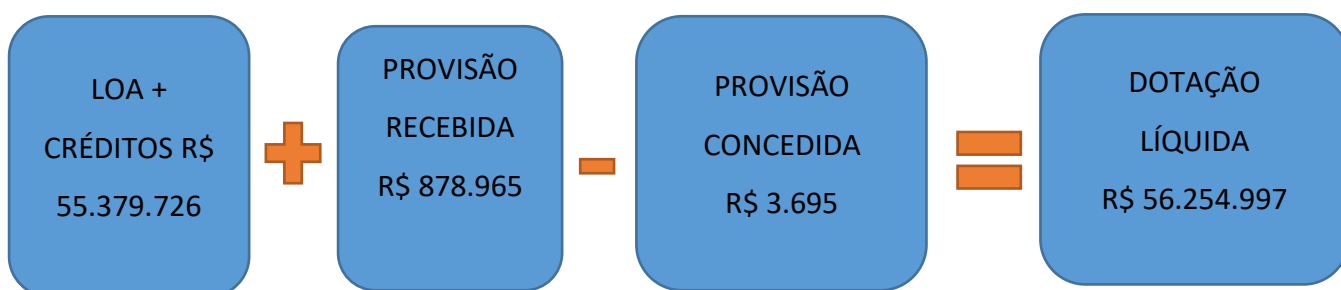
Fonte: Tesouro Gerencial

RESULTADOS DAS ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

ORÇAMENTO TOTAL APROVADO

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2019 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá o valor de R\$ 50,23 milhões. Durante o exercício ocorreram suplementação de créditos na ordem de R\$ 5,14 milhões, atualizando a dotação para R\$ 55,37 milhões. Além do orçamento ordinário necessário à manutenção das atividades normais, o TRE/AP contou com Provisão de Créditos pelo Tribunal Superior Eleitoral no montante de R\$ 875 mil, resultando na Dotação líquida de R\$ 56,25 milhões.



Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os objetivos e metas propostos pela administração foram atingidos, demonstrando responsabilidade na gestão. Apesar da limitação orçamentária imposta pelo Novo Regime Fiscal, não houve prejuízo que inviabilizasse a gestão. Desse modo, as ações contempladas na LOA/2019, Créditos Adicionais e Provisão pelo TSE, foram executadas de forma satisfatória, atingindo os seguintes percentuais em relação à Dotação Líquida (R\$ 56.254.997):

EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
56.070.684	99,7	53.300.043	98,3	54.807.943	97,4

Fonte: Tesouro Gerencial

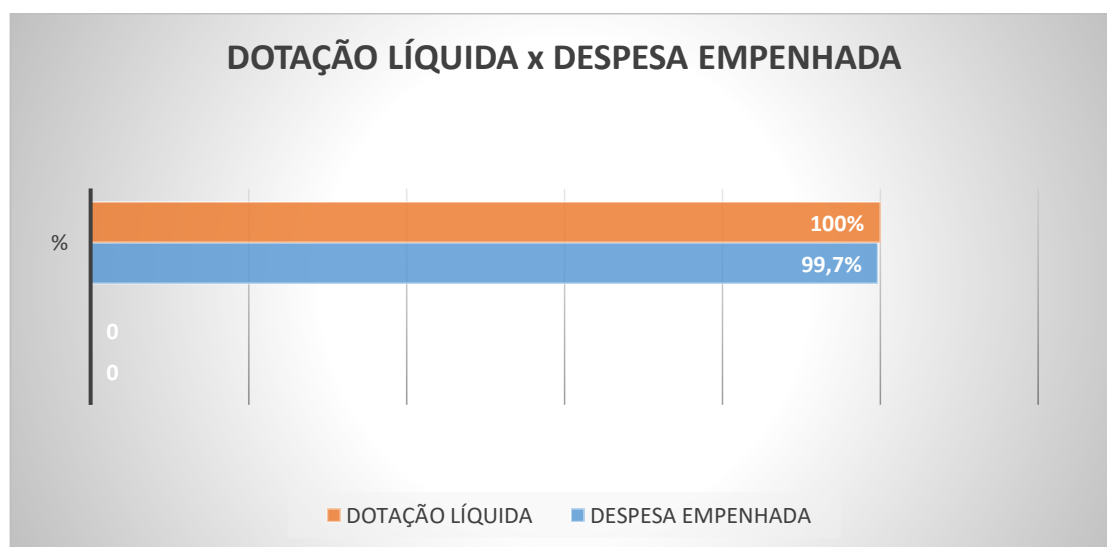
Publicado em <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/tre-ap-resolucao-cnj-no-102-2009-anexo-ii>

EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ação Orçamentária	Dotação Líquida	Despesa empenhada	%
Ativos Cíveis da União	32.915.241	32.915.241	100%
Aposentadorias e Pensões	2.435.236	2.414.204	99,1%
Contribuição da União	4.599.976	4.503.378	97,9%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	1.869.661	1.805.001	96,5%
Assistência Médica e Odontológica	1.364.338	1.364.338	100%
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	12.191.579	12.189.556	100%
Pleitos Eleitorais	878.965	878.965	100%
TOTAL	56.254.997	56.070.684	99,7%

Fonte: Tesouro Gerencial

Publicado em <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/tre-ap-resolucao-cnj-no-102-2009-anexo-ii>



EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA – EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO DE 2018

GRUPO DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Pessoal e Encargos Sociais	43.439.167,00	40.656.724	43.113.892,00	40.273.754	43.082.191,00	40.273.754
Outras Despesas Correntes	20.581.239,00	13.663.153	20.132.641,00	13.487.138	20.124.036,00	13.485.812
Investimento	3.295.281,00	1.750.806	3.295.281,00	1.539.151	3.295.281,00	1.048.377
TOTAL	67.315.687,00	56.070.684	66.541.814,00	53.300.043	66.501.508,00	54.807.943

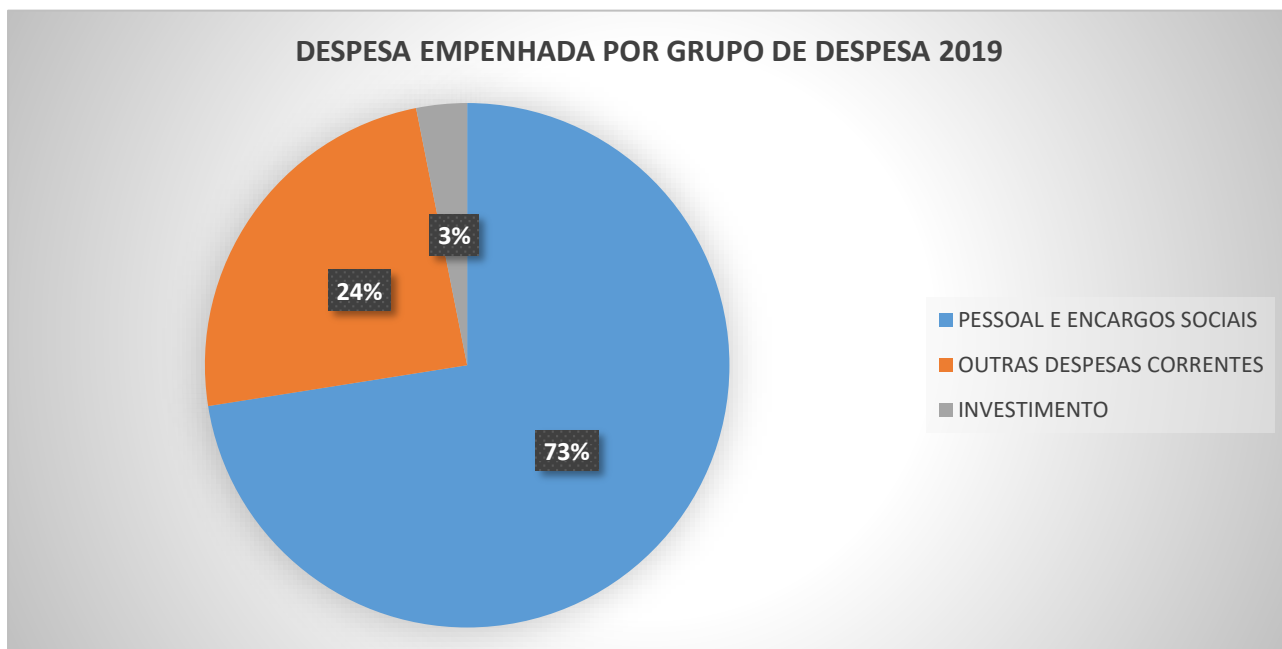
Fonte: Tesouro Gerencial

Disponível em <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/tre-ap-resolucao-cnj-no-102-2009-anexo-ii>

Houve redução no total das despesas nos três grupos de despesa. Justifica-se por não haver gastos com Eleições.

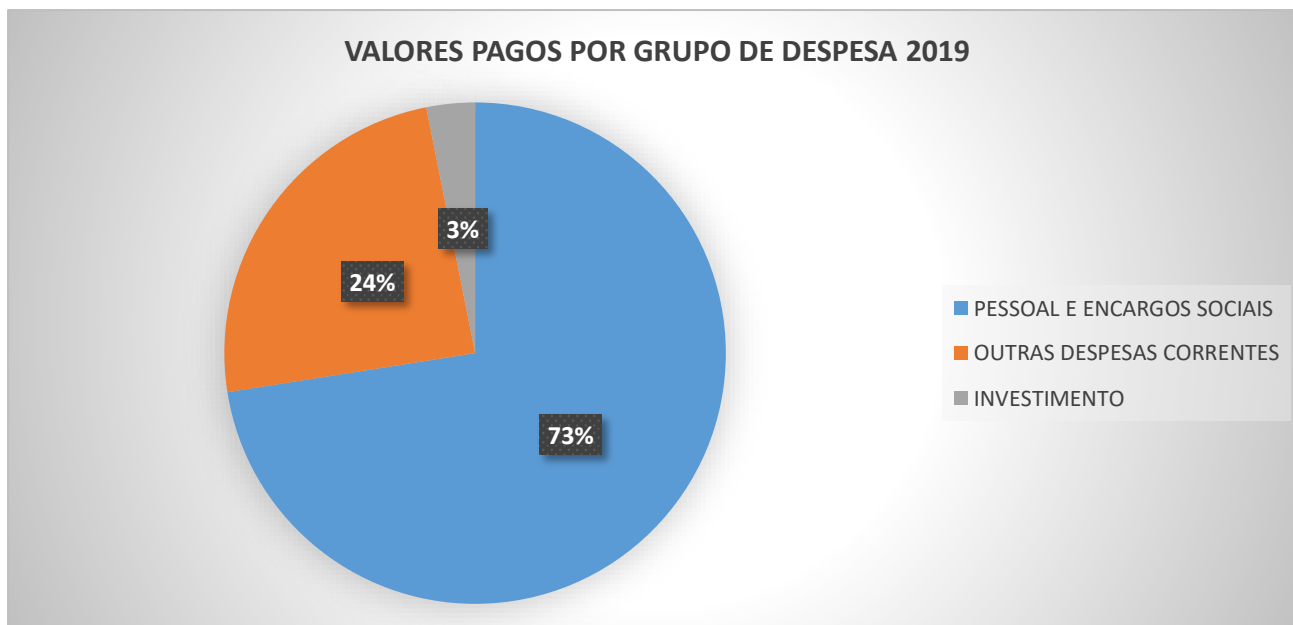
Despesa empenhada

O total da despesa empenhada, 73% foi para pagamento de pessoal, 24% com Outras Despesas Correntes e 3% com Investimento.



Despesa paga

Do total da despesa paga, 73% foi com Pessoal e Encargos Sociais, 24% com Outras Despesas Correntes e 3% com Investimento.



EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO DE 2018

GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS							
ELEMENTO DE DESPESA	DE	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
		2018	2019	2018	2019	2018	2019
Vencimentos e Vantagens Fixas		28.828.260,55	30.806.530,58	28.828.260,55	30.806.530,58	28.828.260,55	30.806.530,58
Obrigações Patronais		4.636.814,02	4.586.628,39	4.636.814,02	4.586.628,39	4.636.814,02	4.586.628,39
Despesas de Exercícios Anteriores		3.591.160,96	2.112.439,47	3.591.160,96	1.729.469,18	3.591.160,96	1.729.469,18
Demais Elementos do Grupo		6.382.931,47	3.151.125,64	6.057.656,47	3.151.125,64	6.025.955,47	3.151.125,64
TOTAL		43.439.167,00	40.656.724,08	43.113.892,00	40.273.753,79	43.082.191,00	40.273.753,79

Fonte: Tesouro Gerencial

GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES							
ELEMENTO DE DESPESA	DE	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
		2018	2019	2018	2019	2018	2019
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica		11.724.995,09	5.018.483,63	11.276.398,18	4.861.810,80	11.276.398,18	4.860.485,09
Locação de Mão de Obra		4.140.985,52	3.649.874,95	4.140.985,52	3.649.874,95	4.139.384,44	3.649.874,95
Auxílio Alimentação		1.625.868,25	1.572.104,59	1.625.868,25	1.572.104,59	1.625.868,25	1.572.104,59
Demais Elementos do Grupo		3.089.389,14	3.422.689,87	3.089.389,05	3.403.347,67	3.082.385,13	3.403.347,67
TOTAL		20.581.239,00	13.663.153,04	20.132.641,00	13.487.138,01	20.124.036,00	13.485.812,30

Fonte: Tesouro Gerencial

Grupo 4. INVESTIMENTO						
ELEMENTO DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Equipamentos e Materiais Permanentes	3.087.693,10	964.893,14	3.087.693,10	753.238,04	3.082.861,40	729.721,17
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	152.003,00	602.579,34	152.003,00	602.579,34	152.003,00	135.321,74
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	0,00	183.334,00	0,00	183.334,00	0,00	183.334,00
Demais Elementos do Grupo	55.584,90	0,00	55.584,90	0,00	55.584,90	0,00
TOTAL	3.295.281,00	1.750.806,48	3.295.281,00	1.539.151,38	3.295.281,00	1.048.376,91

Fonte: Tesouro Gerencial

DESEMPENHO FÍSICO-FINANCEIRO

O acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias contempladas na Lei Orçamentária Anual - LOA/2019 possibilitou mensurar a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, resultando no diagnóstico de Eficiência e Eficácia por meio de avaliações dos localizadores captados no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, a saber:

Os resultados do desempenho físico e financeiro subsidiaram o processo decisório de alocação e realocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2019. Os mecanismos utilizados para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional culminou na gestão orçamentária eficiente e eficaz.

Os dados comprovaram que as metas físicas e financeiras programadas atingiram os objetivos propostos pela Administração, apontando para um excelente aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo resultados positivos na prestação do serviço desta Justiça Especializadas.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Manter em bom funcionamento a estrutura da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Estado, a despeito da limitação da despesa imposta pelo Novo Regime Fiscal;
- Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira;
- Reduzir o percentual de despesas inscritas em “Restos a Pagar”.

AÇÕES FUTURAS

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas dos Tribunais Regionais Eleitorais e TSE, na área de gestão orçamentária e financeira;
- Conscientizar os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade;

Gestão de Pessoas e Competências

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-AP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, TCU, CNJ, além daquelas que edita.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Acompanha-se as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CNJ), para os quais são ultimadas as providências visando o atendimento integral.

Diligências recebidas e acompanhadas em 2019:

Índicio de irregularidade	Descrição	Providências adotadas
CNJ. Cumprimento da Resolução CNJ nº 227/2016 (implantação do teletrabalho)	CNJ intimou o TRE-AP para informar sobre conclusão do processo de elaboração de ato normativo para regulamentar o teletrabalho no âmbito do Tribunal.	Instada a se manifestar, a SGP informou que tramita processo (PA SEI nº 0002159-18.2019.6.03.8000) com minuta de resolução sobre a instituição do regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.
CNJ. Cumprimento do disposto no artigo 10 da Resolução nº 240/2016 (criação do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas)	O CNJ intimou o TRE-AP a prestar informações sobre o cumprimento do art. 10 da Resolução nº 240/2016, com resposta até 11/5/2018.	As providências foram adotadas em 2019. O Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas foi criado pela Portaria TRE-AP nº 119/2019 (PA SEI 0001224-12.2018.6.03.8000)
TCU. Declarações de Acesso. Cumprimento ao disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.730/1993 e nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 67/2011.	TCU requisitou as declarações de acesso às informações de bens e rendas, dos membros dos respectivos tribunais, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.730/1993 e nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 67/2011.	Encaminhado o Ofício nº 1030 / 2019 - TRE-AP/PRES/DG/SGP ao TCU (Processo SEI 0002025-88.2019.6.03.8000) com a relação dos Juízes- Membros deste Tribunal que autorizaram o acesso as informações contidas nas declarações de bens e rendas do IRPF.

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de trabalho na área de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Dentre os controles adotados destacam-se os listados abaixo

- **Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda** No ano de 2019, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Renda ou autorizaram seu acesso, nos termos da Lei 8.730/93 e Instrução Normativa TCU 67/2011.

- **Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC** - Em 2019, houve a concessão de aposentadorias, as quais foram devidamente informadas no sistema e-pessoal do TCU, na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

- **Atendimento das determinações dos órgãos de controle** - As determinações e recomendações oriundos dos órgãos de controle (TCU e CNJ) são acompanhadas e observadas por este Tribunal, na medida da sua aplicabilidade à Justiça Eleitoral.

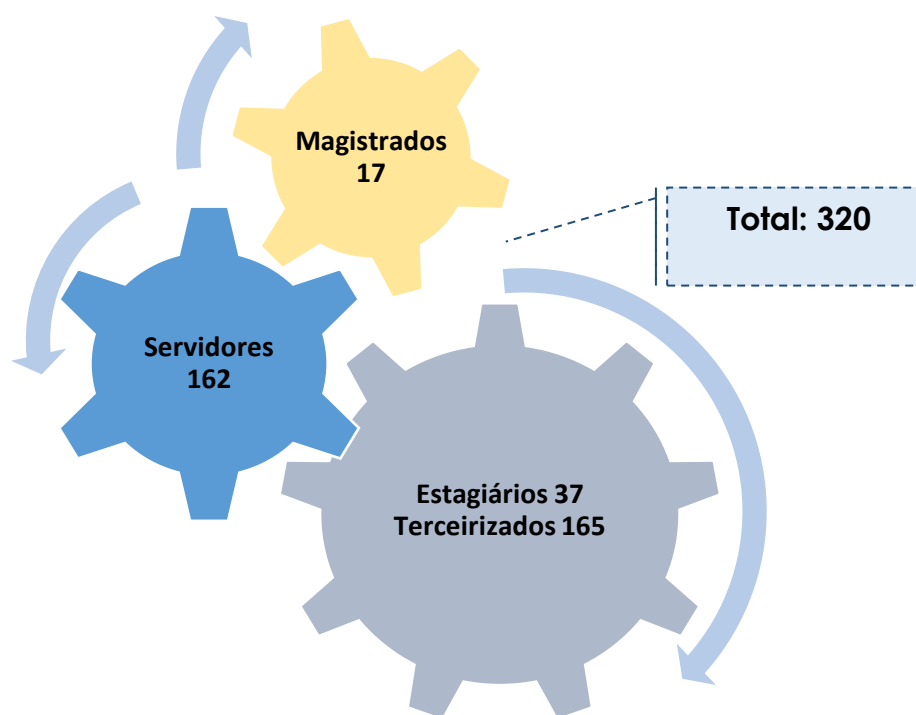
- **Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário** - Todos os valores pagos indevidamente aos servidores, magistrados, aposentados e beneficiários de pensão civil foram objeto de processo visando a reposição dos valores ao Erário, nos termos de regulamentação interna (Res. TRE-AP 495/2017).

- **Acompanhamento de concessões, licenças, frequência e benefícios** - Todos os pedidos de concessão de licenças e benefícios são processados e analisados pelas unidades técnicas responsáveis do Tribunal.

- **Acompanhamento da frequência e carga horária** - Mensalmente é feito o acompanhamento e controle da frequência dos servidores, efetuando-se o respectivo desconto em folha de pagamento no caso de inconsistências.

Avaliação da Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE-AP é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.

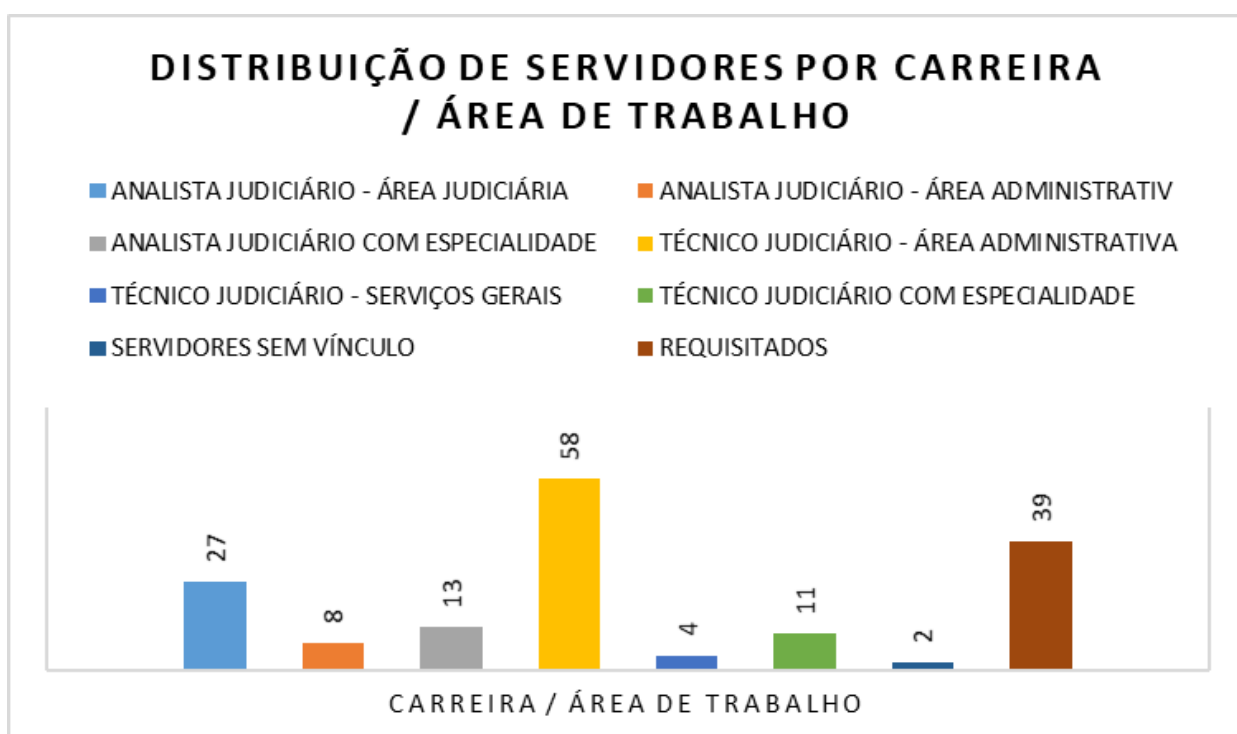
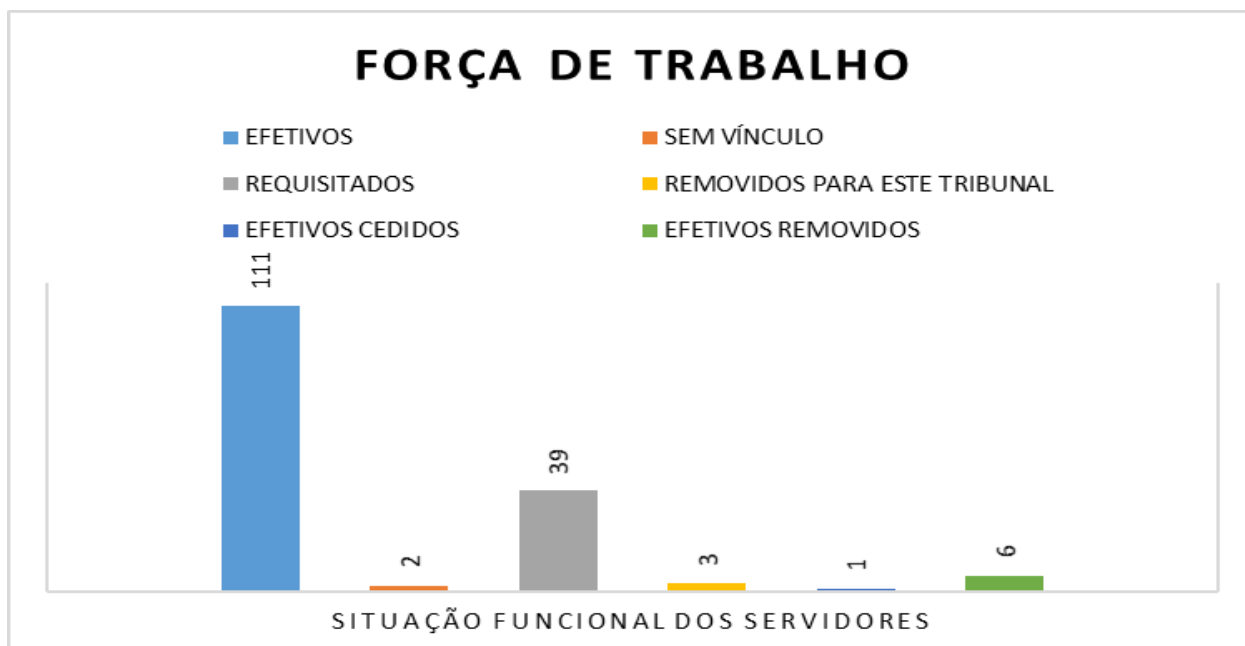


Quadro de Servidores

O quadro de **pessoal efetivo** da Justiça Eleitoral amapaense é constituído por servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário (NS) e Técnico Judiciário (NM). Os cargos são estruturados nas seguintes áreas de atividade, nos termos da Lei 11.416/2006: área judiciária, área administrativa e área de apoio especializado.

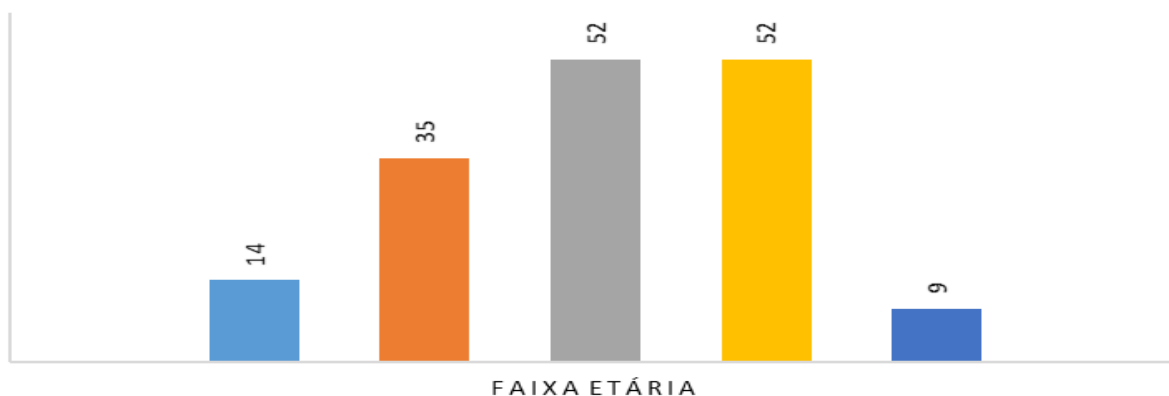
Os **servidores requisitados** que prestam serviço neste Tribunal têm sua requisição fundamentada na Lei 6.999/1982, Resolução TSE 23.527/2017 e Ac. TCU 199/2011 – Plenário. A requisição se assenta no diminuto quadro de servidores efetivos.

Abaixo, são apresentados dados de caracterização do quadro de servidores.



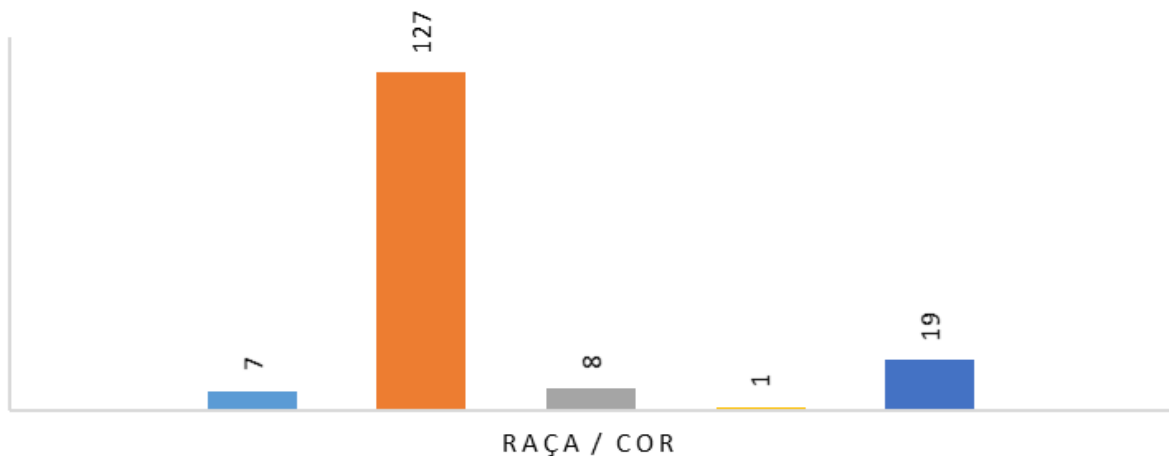
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

■ 20 a 29 ■ 30 a 39 ■ 40 a 49 ■ 50 a 60 ■ Mais de 60

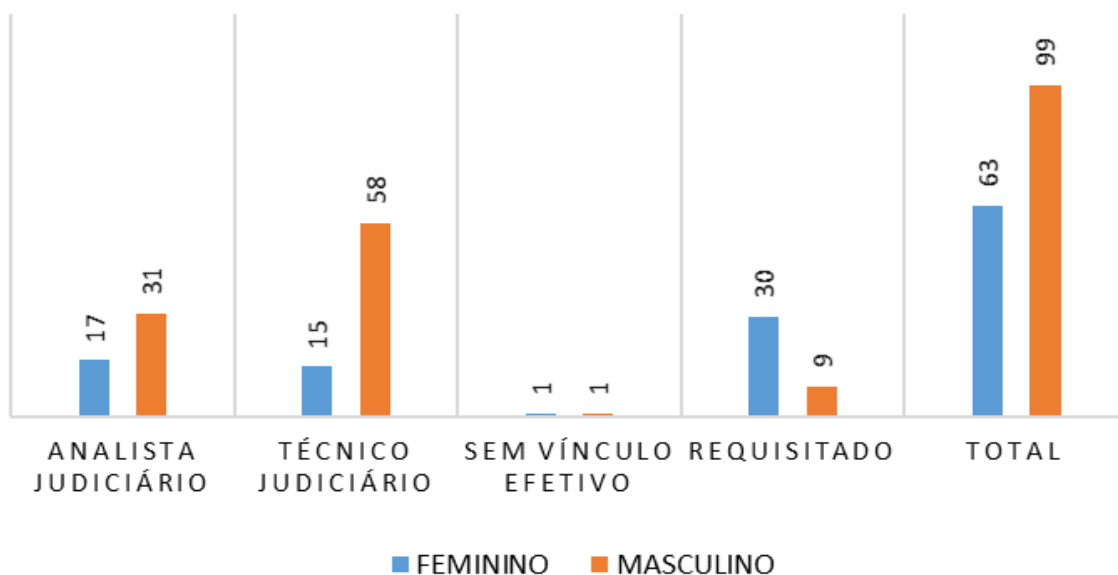


DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR RAÇA / COR

■ NÃO DEFINIDA ■ PARDA ■ PRETA ■ AMARELA ■ BRANCA



DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR SEXO

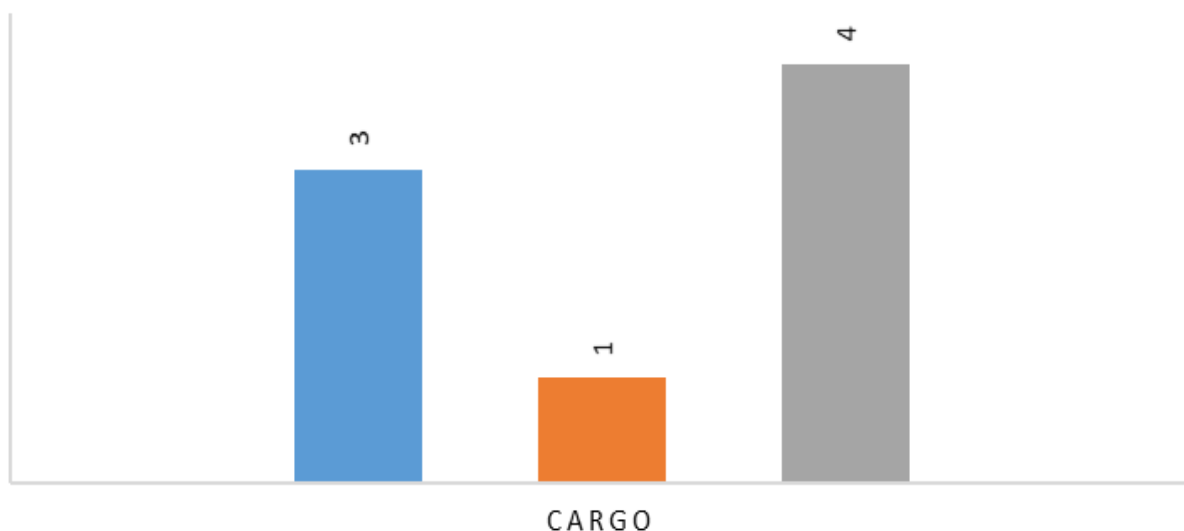


DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR UNIDADE



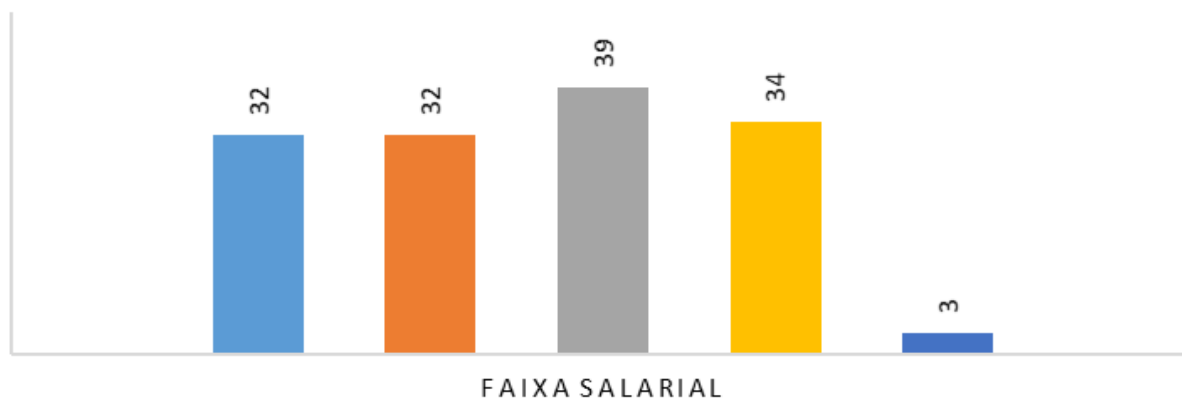
DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR DEFICIÊNCIA

■ TÉCNICO JUDICIÁRIO ■ ANALISTA JUDICIÁRIO ■ TOTAL DE SERVIDORES



DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA SALARIAL

■ ATÉ 10 MIL ■ ACIMA DE 10 ATÉ 15 MIL
■ ACIMA DE 15 ATÉ 20 MIL ■ ACIMA DE 20 MIL ATÉ 30 MIL
■ ACIMA DE 30 MIL



Notas:

(1) Dados extraídos do SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

(2) Faixa Salarial: total de servidores contidos na folha de pagamento:140, sendo excluídos os 22 servidores requisitados que não têm função ou cargo.

Estratégia de Recrutamento e alocação de pessoas

O **recrutamento externo** da Justiça Eleitoral Amapaense é realizado através de concurso público, atendendo o regramento previsto na Constituição Federal de 1988, Lei 8.112/1990 e Resolução do TSE nº 23.391/2013.

O último concurso foi realizado em 2015, com ofertada 6 vagas imediatas, sendo 2 (duas) vagas para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária e 4 (quatro) vagas para Técnico Judiciário – Área Administrativa. Houve também outras opções de cargos para cadastro de reserva.

O recrutamento, quantitativamente, baseou-se no número de cargos vagos, bem como nas projeções do quadro de pessoal. Já nos aspectos qualitativos, a definição do programa dos conteúdos abordados na prova do concurso buscou selecionar servidores com competências que atendessem a complexidade da atividade da Justiça Eleitoral Amapaense.

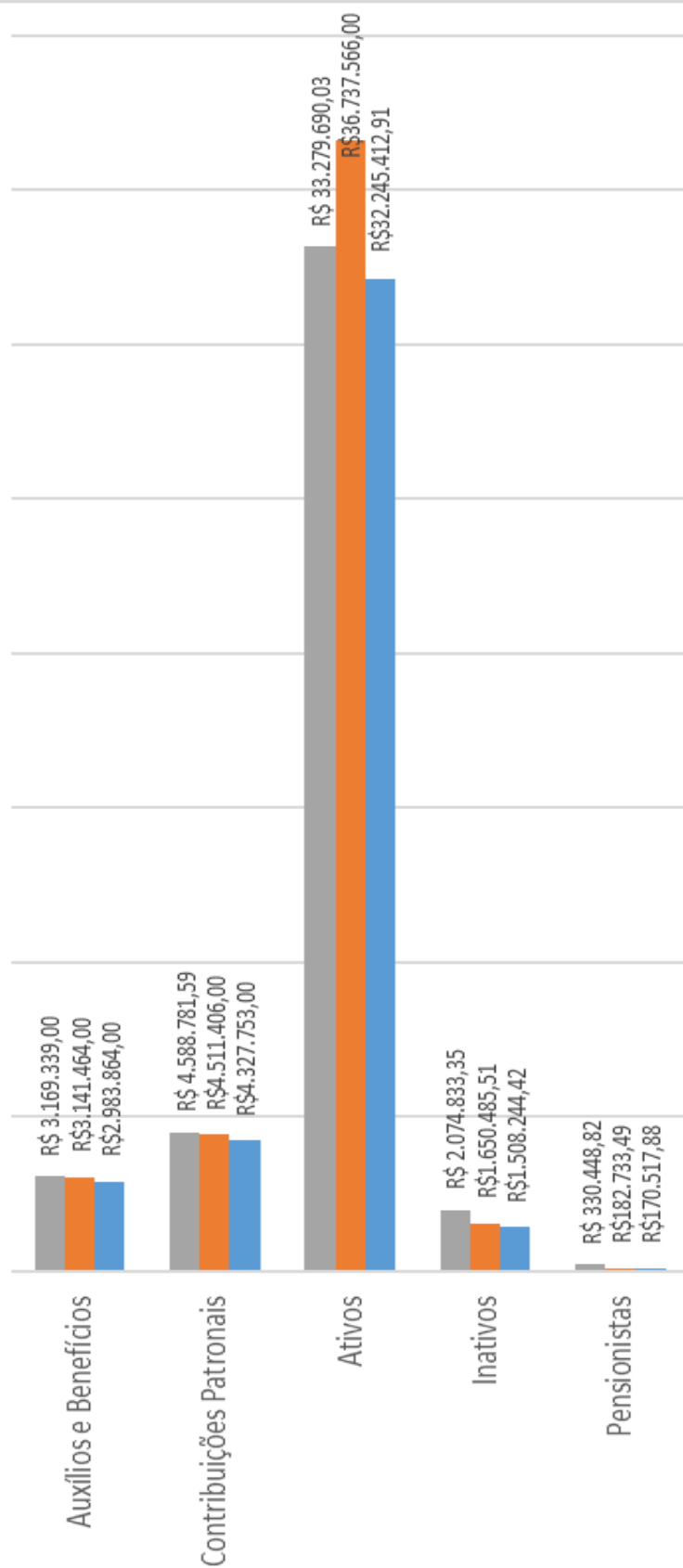
As **movimentações internas**, por sua vez, ocorrem mediante remoção (Instrução Normativa TRE-AP nº 13/2018) e alocação de pessoal, observando-se os claros de lotação e buscando observar, sempre que possível, o perfil profissiográfico do servidor em face das competências requeridas pela unidade a ser provida.

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Evolução das Despesas de Pessoal

A despesa de pessoal na Justiça Eleitoral é peculiar à sua natureza. Há de se diferenciar os anos eleitorais dos não eleitorais. Em 2019 por não ser ano eleitoral, o Tribunal teve uma redução nas despesas com pessoal ativo (diárias, pagamento de serviços extraordinários, gratificações de membros da Corte, Juízes e Promotores Eleitorais) em relação à 2018. Entretanto o Tribunal teve um aumento de despesas com aposentados e pensionistas, devido a aposentadoria de 03 (três) servidores e também ao pagamento 04 (quatro) novas pensões.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL



	Pensionistas	Inativos	Ativos	Contribuições Patronais	Auxílios e Benefícios
2019	R\$ 330.448,82	R\$ 2.074.833,35	R\$ 33.279.690,03	R\$ 4.588.781,59	R\$ 3.169.339,00
2018	R\$182.733,49	R\$1.650.485,51	R\$36.737.566,00	R\$4.511.406,00	R\$3.141.464,00
2017	R\$170.517,88	R\$1.508.244,42	R\$32.245.412,91	R\$4.327.753,00	R\$2.983.864,00

Dados extraídos do SGRH-Sistema de Gestão de Recursos Humanos/TESOURO GERENCIAL

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliações e Gratificação de Desempenho

No TRE-AP existem três vertentes de avaliações de desempenho.

1

O desempenho dos servidores, com vistas à **movimentação na carreira (progressão e promoção funcional)** é apurado por meio de um processo autoavaliativo e de avaliação de sua chefia imediata. Os critérios adotados são aqueles previstos na Lei nº 11.416/2016, na Resolução TSE nº 22.582/2007 e na Instrução Normativa TRE-AP nº 01/2013. Periodicamente, o servidor é submetido a esse processo avaliativo e, em sendo aprovado e comprovando que se mantém devidamente capacitado, passa a galgar postos em sua carreira, que inicia-se com a classe/padrão A1 e termina na C13. Cada patamar ascendido corresponde a um acréscimo remuneratório.

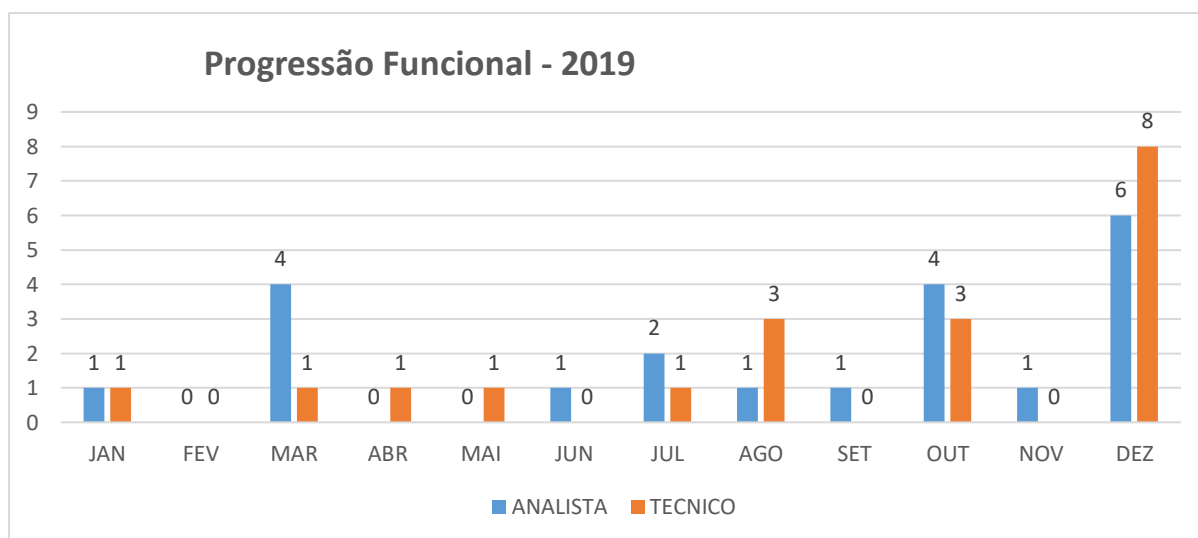
2

Além desse procedimento, visando tornar o processo avaliativo focado em resultados e presente mesmo após a finalização da carreira, desenvolve-se em caráter permanente, observando-se as disposições da Instrução Normativa TRE-AP nº 8/2016, o **Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR)**. De modo geral, consiste na elaboração um plano de ação individual por servidor, com as entregas previstas para cada ano. Findado o exercício, deve o servidor apresentar as comprovações de suas entregas, as quais são checadas e quantificadas.

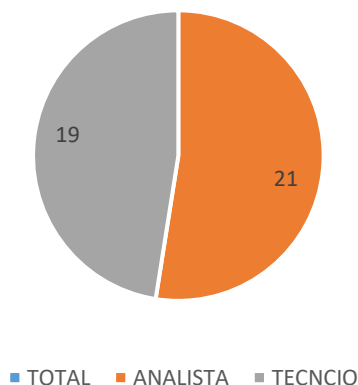
3

Por fim, realiza-se ainda, anualmente uma **Avaliação por Competências**. O processo busca identificar as lacunas (*gaps*) nas competências de cada servidor. Um dos principais resultados desse trabalho são os indicadores das necessidades de capacitação.

Progressão e Promoção Funcional – Nossos Números



Progressão Funcional - 2019



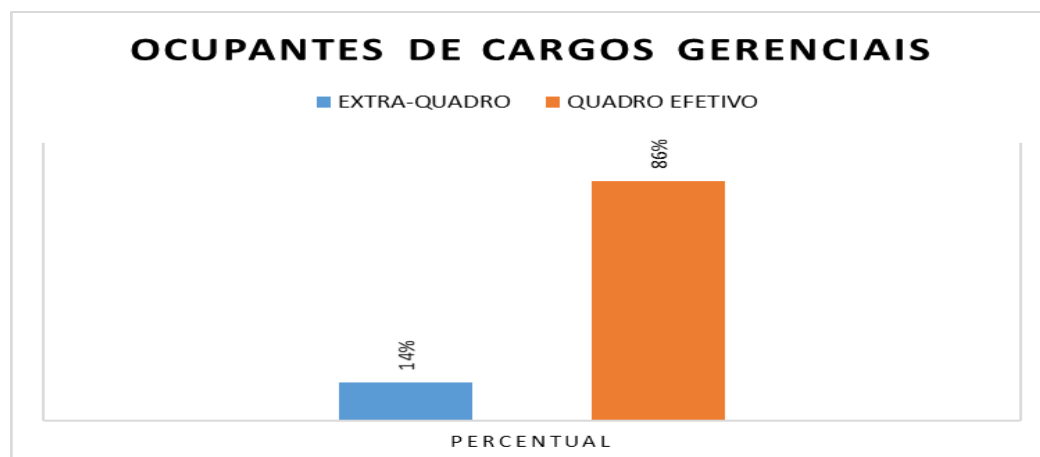
Estágio Probatório

Em 2019, 8 (oito) servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade e passando a fazer jus há uma série de benefícios (por exemplo, Licença para tratar de Interesses particulares e Licença Capacitação).

Tabela de Remuneração dos Servidores Efetivos

DADOS DO CARGO				VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES										
CARREIRA / CLASSE / ESCOLARIDADE / PADRÃO					GAJ	PARCELAS VARIÁVEIS									
						ATIVO E INATIVO	ATIVO				ATIVO E INATIVO				
							GAS	AQ TREINAMENTO			GAE	AQ Títulos			
				140,0%	35%	1%	2%	3%	35%	5%	7,50%	10%	12,50%		
ANALISTA	C	S	13	7.792,30	10.909,22	2.727,31	77,92	155,85	233,77	0,00	0,00	584,42	779,23	974,04	
			12	7.565,34	10.591,48	2.647,87	75,65	151,31	226,96	0,00	0,00	567,40	756,53	945,67	
			11	7.344,99	10.282,99	2.570,75	73,45	146,90	220,35	0,00	0,00	550,87	734,50	918,12	
			10	7.131,06	9.983,49	2.495,87	71,31	142,62	213,93	0,00	0,00	534,83	713,11	891,38	
	B	E	9	6.923,36	9.692,70	2.423,18	69,23	138,47	207,70	0,00	0,00	519,25	692,34	865,42	
			8	6.550,01	9.170,01	2.292,50	65,50	131,00	196,50	0,00	0,00	491,25	655,00	818,75	
			7	6.359,23	8.902,92	2.225,73	63,59	127,18	190,78	0,00	0,00	476,94	635,92	794,90	
			6	6.174,01	8.643,62	2.160,90	61,74	123,48	185,22	0,00	0,00	463,05	617,40	771,75	
	A	O	5	5.994,18	8.391,86	2.097,96	59,94	119,88	179,83	0,00	0,00	449,56	599,42	749,27	
			4	5.819,60	8.147,44	2.036,86	58,20	116,39	174,59	0,00	0,00	436,47	581,96	727,45	
			3	5.505,76	7.708,07	1.927,02	55,06	110,12	165,17	0,00	0,00	412,93	550,58	688,22	
			2	5.345,40	7.483,56	1.870,89	53,45	106,91	160,36	0,00	0,00	400,91	534,54	668,18	
TÉCNICO	C	M	1	5.189,71	7.265,59	1.816,40	51,90	103,79	155,69	0,00	0,00	389,23	518,97	648,71	
			13	4.749,33	6.649,06	1.662,27	47,49	94,99	142,48	0,00	237,47	356,20	474,93	593,67	
			12	4.611,00	6.455,39	1.613,85	46,11	92,22	138,33	0,00	230,55	345,83	461,10	576,38	
			11	4.476,70	6.267,37	1.566,85	44,77	89,53	134,30	0,00	223,84	335,75	447,67	559,59	
	B	E	10	4.346,31	6.084,83	1.521,21	43,46	86,93	130,39	0,00	217,32	325,97	434,63	543,29	
			9	4.219,71	5.907,60	1.476,90	42,20	84,39	126,59	0,00	210,99	316,48	421,97	527,46	
			8	3.992,16	5.589,03	1.397,26	39,92	79,84	119,76	0,00	199,61	299,41	399,22	499,02	
			7	3.875,88	5.426,24	1.356,56	38,76	77,52	116,28	0,00	193,79	290,69	387,59	484,49	
	A	O	6	3.763,00	5.268,20	1.317,05	37,63	75,26	112,89	0,00	188,15	282,23	376,30	470,38	
			5	3.653,40	5.114,75	1.278,69	36,53	73,07	109,60	0,00	182,67	274,01	365,34	456,68	
			4	3.546,98	4.965,78	1.241,44	35,47	70,94	106,41	0,00	177,35	266,02	354,70	443,37	
			3	3.355,71	4.697,99	1.174,50	33,56	67,11	100,67	0,00	167,79	251,68	335,57	419,46	
			2	3.257,97	4.561,16	1.140,29	32,58	65,16	97,74	0,00	162,90	244,35	325,80	407,25	
			1	3.163,07	4.428,30	1.107,07	31,63	63,26	94,89	0,00	158,15	237,23	316,31	395,38	

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupado por Servidores Efetivos e Igualdade de Oportunidade no TRE-AP



Os cargos gerenciais (cargos em comissão) são regulamentados pela Lei 11.416/2006, cuja norma define o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) destinados a servidores do quadro de pessoal do TRE-AP. O ano de 2019 foi marcado por um acentuado acréscimo da participação de servidores efetivos do quadro do TRE-AP na ocupação de cargos gerenciais.

Capacitação

Estratégia e Números

O PAC – Plano Anual de Capacitação é uma das importantes ferramentas utilizadas pelo TRE-AP para o alcance dos objetivos estratégicos. A elaboração do PAC é baseada nas informações geradas pelas Avaliações por Competência, que fornecem um diagnóstico das necessidades de capacitação (gaps de competências). Com base na identificação das competências que necessitam ser aprimoradas, é definido um plano visando a capacitação dos três grupos de competências usadas no modelo, a saber, organizacionais, gerenciais e específicas. Adotando-se uma metodologia participativa, as unidades administrativas fazem as indicações do melhor modo de desenvolver as suas competências críticas.



Capacitações em 2019
Ações Previstas: 37
Ações Realizadas: 43
Capacitados (magistrados e servidores):

Principais Eventos – Qualidade de Vida, Educação Ambiental e Ações Solidárias

Principais Eventos 2019	Categoria	Participantes
Semana da Saúde	Qualidade de Vida	124
Palestra: Alergia Alimentar: visão geral, mitos e verdades, e Palestra: Orientações posturais nas atividades diárias.		30
Feirinha de orgânicos, Palestra: Obesidade infantil, e Palestra: A boa alimentação – a importância do consumo de produtos naturais.		21
Vacinação		124
Cine Saúde e Roda de Conversa sobre o tema: “Manejo emocional e suicídio – Como atuar na prevenção”		50
Setembro Amarelo/ Palestra (Suicídio)		39
Semana do servidor		92
Palestra: Sustentabilidade Financeira.		23
Oficina de Orientações individuais de sustentabilidade financeira		20
Oficina como organizar ambientes.		19
Atendimento odontológico aos colaboradores terceirizados em parceria com a Prefeitura municipal de Macapá.		23
Dia da Amazônia	Educação Ambiental	50
IV Fórum Permanente de Boas Práticas na Administração Pública - Tema: Sustentabilidade		32
Curso Gestão de Resíduos		34
Palestra Institucional Governança Corporativa: Sustentabilidade e Transparência a serviço do Resultado		45
Campanhas de assistência à saúde de colegas	Ação Solidária	38
Campanha Papai Noel dos Correios		54
Cestas Natalina para os terceirizados		78

Principais desafios e ações futuras

Desafios

A Gestão de Pessoas perpassa todas as unidades administrativas de uma organização. Ela não se restringe a um único setor designado para esse fim, pois, onde há pessoas e relações humanas e de trabalho existe o imperativo para conduzir os seus fenômenos decorrentes.

Portanto, processos de gestão de pessoas como, por exemplo, planejamento, agregação, recompensação, desenvolvimento, alocação, retenção e avaliação, precisam contar com o envolvimento de todos os gestores. A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a instância institucional no TRE-AP que auxilia a organização desses processos, sugerindo e implementando melhorias com vistas à excelência da gestão nesta Corte.

Nesse sentido, a profissionalização da gestão de pessoas, com um foco para além do gerenciamento dos recursos humanos é o maior desafio que se coloca. Cada vez mais é exigido se fazer mais com menos. Isso só será possível, e de forma sustentável, com uma racionalização e boa aplicação da força de trabalho.

Ações Futuras

- Desenvolver sistemática para seleção de cargos e funções comissionadas com base em competências, com foco na ampliação da meritocracia;
- Implementar metodologia para o dimensionamento da força de trabalho;
- Estabelecer e regulamentar a política de gestão de pessoas do TRE-AP;
- Ampliar a atuação do Comitê de Gestão de Pessoas, ferramenta relevante para a governança na área de pessoal.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal:

Os procedimentos licitatórios são iniciados após realização de estudos técnicos preliminares, análise de riscos pelas unidades requisitantes e pesquisa de mercado, para então serem submetidos à disponibilidade orçamentária, análise da unidade de Controle Interno e análise jurídica, como medidas prévias à licitação, e preventivas para eliminar ou reduzir os riscos da execução contratual. Tais medidas asseguram a conformidade das contratações com as normas aplicáveis: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, IN 05/2017 - SEGES/MP, IN 04/2014 SEGES/MP. Objetivos estratégicos: Todas as contratações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá visam, direta ou indiretamente o alcance dos objetivos estratégicos da instituição: Garantia dos direitos da cidadania, fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, combate à corrupção e à improbidade administrativa, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão orçamentária e de custos, instituição da governança e melhoria da infraestrutura e governança de TI.

Contratações mais relevantes

Principais Contratações	Qta. Pregão Eletrônico
Obras e serviços de engenharia	2
Aquisição de combustível	2
Outros materiais de consumo	9
Materiais permanentes	4
Serviço terceirizado com postos de trabalho	1
Outros serviços (passagens aéreas, seguro veículos)	2
Serviços TIC	3
Aquisição de veículos	1
TOTAL	24

Gastos com as contratações mais relevantes

Os gastos relacionados referem-se às principais contratações executadas no exercício 2019, todas com fundamento principal no funcionamento das atividades institucionais e realização da prestação jurisdicional da Justiça Eleitoral do Amapá.

Destacam-se as contratações de terceirizados residentes, com 104 postos de trabalho regulares.

GASTOS COM CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS MAIS RELEVANTES

Contratação	Valores R\$
Obras/serviços de engenharia sede e Zonas Eleitorais	1.110.263,63
Serviços terceirizados/postos de trabalho residentes (limpeza, serviços gerais, manutenção predial, jardinagem, recepcionistas, secretariado, auxiliar de almoxarifado, copeiragem, garçom, condução de veículos, agentes de portaria, assessoria de comunicação, assessoria engenharia civil, técnicos de informática)	4.414.247,04
Outros serviços/aquisições (energia, água e esgoto, vigilância eletrônica, manutenção de elevadores, manutenção de copiadoras, manutenção de centrais de ar, correios, lavanderia, operação sistema de som e vídeo, pesquisa banco de preços, consultoria jurídica, chaveiro, imprensa nacional, carimbos, combustível, manutenção de veículos, rastreamento de veículos, seguro de veículos, manutenção geradores, telefonia, internet, telecomunicações VSAT, digitalização de arquivos, estagiários, plano de saúde, passagens aéreas)	5.955.855,20

Em 2019 foram realizadas 69 contratações diretas, dentre essas, 41 referem-se a inexigibilidades decorrentes de ações de capacitação.

Contratações Diretas	Qta Processos	Valores R\$
Inexigibilidade (capacitação)	41	213.823,10
Inexigibilidade (20GP)	10	926.683,24
Dispensa em razão do valor (art. 24, II, V Lei 8.666/93), outras	18	259.830,22

Principais desafios e ações futuras:

- Um dos principais desafios que vem sendo enfrentado anualmente é ajustar as demandas contínuas e as inovações almejadas/necessárias ao orçamento planejado e disponível.
- Outro grande desafio é executar as diretrizes sustentáveis inseridas em todos os editais de licitação.

Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade legal

O TRE-AP orienta-se por um amplo conjunto de normativos e modelos de referência de órgãos de controle, TCU e CNJ, do TSE e boas práticas internacionais de governança e gestão de serviços de TIC

O TRE-AP busca assegurar a conformidade legal através do cumprimento das normas e diretrizes aplicáveis à TIC estabelecidas pelo CNJ, TCU, TSE, Executivo Federal e os próprios normativos internos elaborados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Apoia-se também em modelos internacionais de boas práticas relacionadas à Governança e Gestão de TIC. Destaca-se, entre eles, as seguintes referências:

Origem	Normativo	Descrição
CNJ	Resolução CNJ nº 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
	Resolução CNJ nº 211/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
	Resolução CNJ nº 198/2014	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências
	Resolução CNJ nº 90/2009	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário
	Resolução CNJ nº 136/2011	Altera arts. 6º, 14, 17 e 18 da Resolução 90
TRE-AP	Resolução TRE-AP nº 522/2018	Institui a Política de Gestão de Riscos do TRE-AP
	Resolução TRE-AP nº 50/2017	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação
	Resolução TRE-AP nº 457/2016	Dispõe sobre a Governança Corporativa de TIC

	Portaria TRE-AP nº 466/2012	Institui o Comitê Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação
	Portaria TRE-AP nº 240-2018	
	Portaria TRE-AP nº 071/2016	Institui o Comitê Executivo de TIC
	Portaria TER-AP nº 241-2018	
	Portaria TRE-AP nº 237/2015	Dispõe sobre o manual do Processo de Contratação de Soluções de TI no TRE-AP
	Portaria Presidência TRE-AP nº 244/2018	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do TRE-AP
	Portaria TRE-AP nº 37/2018	Institui Sistemas Estratégicos do TRE-AP
	Instrução Normativa TRE-AP nº 01/2015	Dispõe sobre a Solicitação de Soluções Informatizadas à Tecnologia da Informação
	Portaria TRE-AP nº 235/2019	Institui a política de Gestão de Pessoas de TIC no Tribunal Regional eleitoral do Amapá
TCU	Acórdão TCU nº 1603/2008	Levantamento de auditoria. Situação da governança de tecnologia da informação - Ti na administração pública federal. Ausência de planejamento estratégico institucional. Deficiência na estrutura de pessoal. Tratamento inadequado à Confidencialidade, integridade e Disponibilidade das informações. Recomendações
	Súmula 269, Acórdão TCU nº 0485/2012:	Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem
Leis Federais	Lei nº 8666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências
	Lei nº 10520/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da

		Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências
	Decreto nº 9507/2018	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE-AP segue as orientações da Resolução CNJ 211/2015 e baseia-se basicamente em duas instâncias. A primeira é o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação (CGOVTIC), que tem natureza estratégica, é formada pelos secretários e o diretor geral, conforme estabelecido na portaria [Portaria TRE-AP nº 240-2018](#), e é responsável por:

- I. Deliberar políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;
- II. Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação do Tribunal;
- III. Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento diretor de tecnologia da informação do Tribunal;
- IV. Estabelecer o plano de investimentos em tecnologia da informação;
- V. Estabelecer o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação;
- VI. Recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação aprovados pelo comitê;
- VII. Acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação.

A segunda é o Comitê Gestão de TIC (CGTIC), que é formada pelo secretário da unidade Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e os coordenadores dessa secretaria, conforme [Portaria TRE-AP nº 241-2018](#). Essa estrutura está focada em aspectos tático-operacional da gestão de TIC, sendo responsável pela elaboração de planos táticos e operacionais, acompanhamento da execução de planos e dos indicadores táticos e operacionais.

Os instrumentos utilizados para alinhar as iniciativas de TI à estratégia organizacional são o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-2016-2021>), e o Plano Diretor de TIC (em fase de aprovação).

A transparência dos atos de governança e gestão de TIC é assegurada através de publicações relacionadas ao tema no Portal de Governança de TIC do TRE-AP, acessível no endereço eletrônico <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao>.

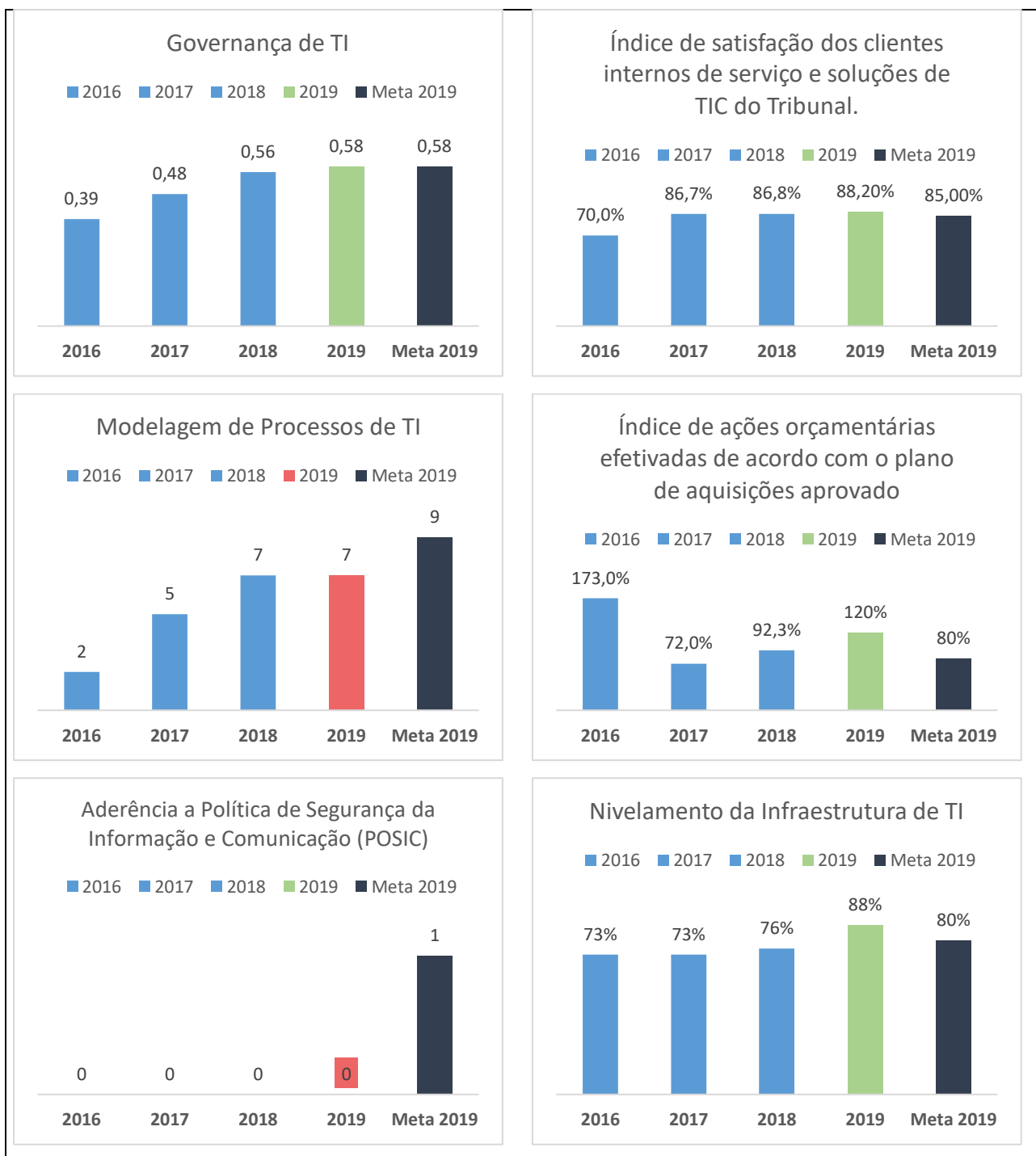
Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

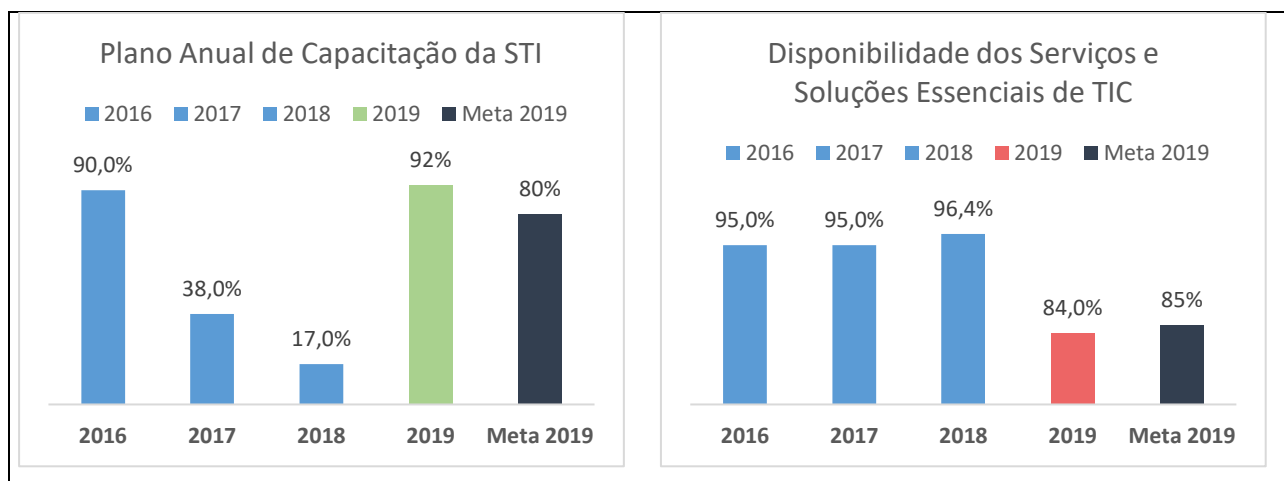
Visando melhorar a qualidade dos indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC), em 2019, em reunião realizada pelo Comitê de Governança de TIC do TRE-AP, foi realizada revisão e atualização dos indicadores e metas dos objetivos do PETIC

Descrição Anterior Indicador	Descrição Atual do Indicador	Alterações realizadas em 2019
Índice de satisfação dos clientes internos de serviço e soluções de TIC do Tribunal.	Não alterada	Alterada meta para nível de satisfação dos clientes em 85%, anualmente.
Governança de TI	Não alterada	Meta alterada a partir de 2019 para refletir avaliação de governança de TIC segundo levantamento realizado pelo CNJ.

Modelagem de Processos de TI	Não alterada	Meta alterada para modelar, no mínimo, dois novos processos a cada ano
Aderência a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC)	Revisão da Política de Segurança da Informação - PSI	Meta alterado para atualizar a PSI pelo menos 1 vez no ano.
Plano Anual de Capacitação da STI	Não alterada	Indicador passou a medir a aderência ao planejamento. Medir de aderência 80%
Nivelamento da Infraestrutura de TI	Não alterada	Até 2018, o indicador aferia somente parte da Resolução CNJ 211/2015. Ele foi atualizado para passar a medir todos os requisitos da resolução. E passou a ter uma meta 90% dos requisitos atendidos até 2021. Os valores passados foram atualizados para refletir a nova forma como é medido o indicador
Disponibilidade dos Serviços e Soluções Essenciais de TIC	Disponibilidade dos Serviços Essenciais de TIC	Passou a medir a disponibilidade dos serviços essenciais de TI (definidos no plano de continuidade de serviços de TI). Foi alterada a forma como é calculada a disponibilidade dos serviços, passando a considerar como tempo total de disponibilidade do serviço apenas o tempo esperado que o ele deveria estar em funcionamento. Por falta de histórico, os valores até 2018 foram mantidos segundo fórmula anterior.
Execução de recursos estratégicos	Índice de ações orçamentárias efetivadas de acordo com o plano de aquisições aprovado	Foi alterada a descrição e a meta do indicador em 2019. Porém, neste relatório foi identificada necessidade de nova revisão do indicador. Assim, será mantido o mesmo indicador de 2018, que afere a % de execução do orçamento. Em 2020 será realizada nova revisão e ajuste desse indicador.

Abaixo são apresentados os resultados dos indicadores do PETIC em 2019.

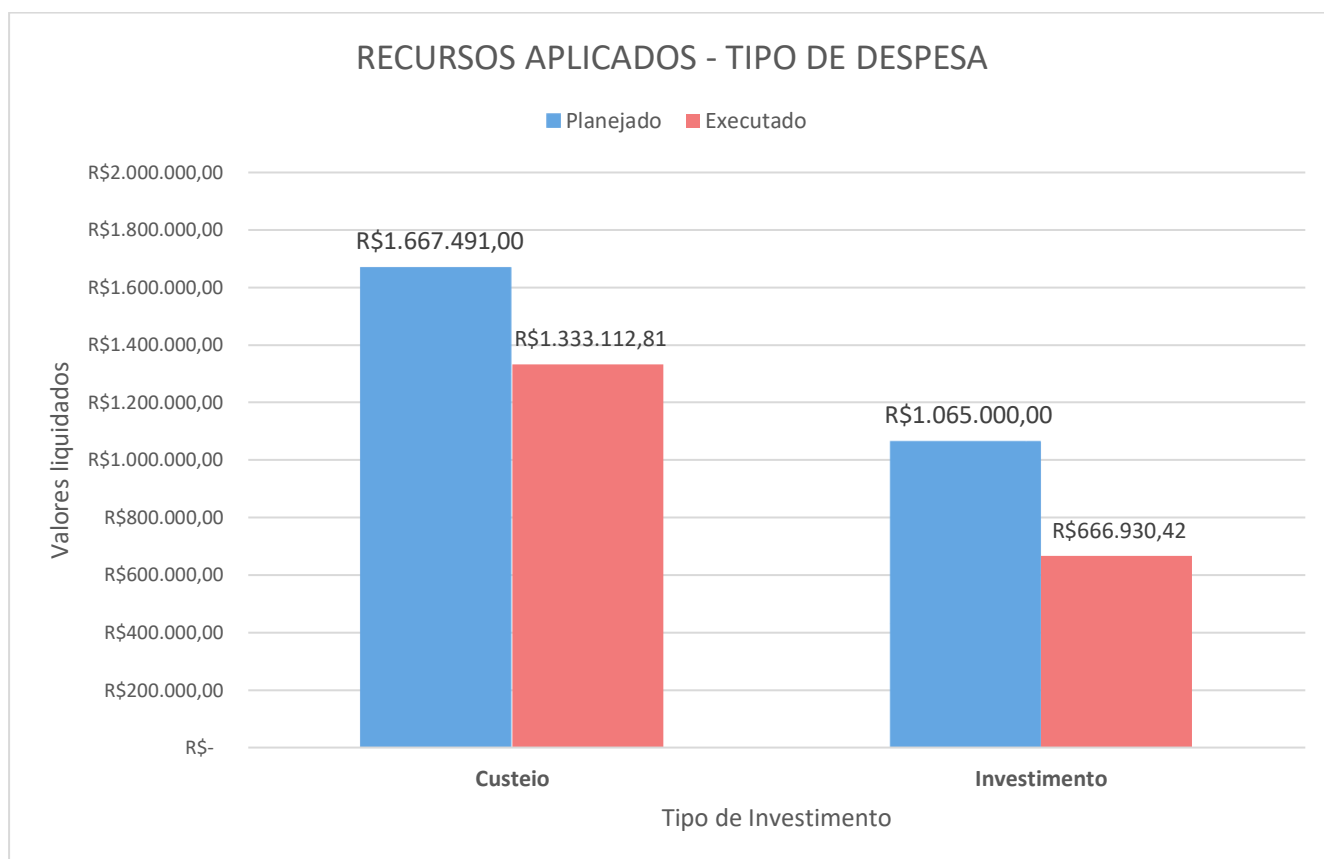




Quadro 2 - Indicadores PETIC 2019

Montante de recursos aplicados em TI

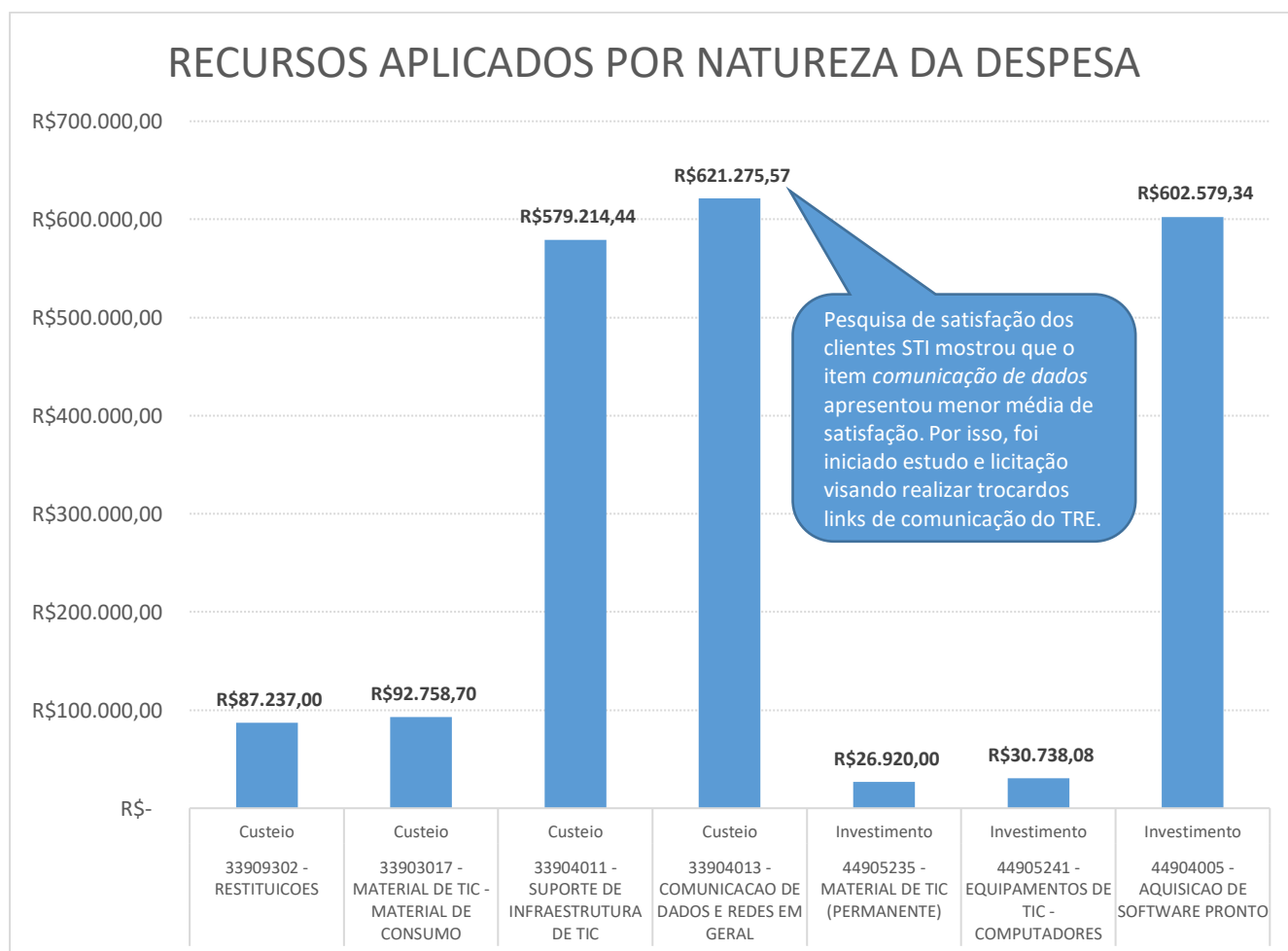
As contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – estão alinhadas ao Plano Estratégico do TRE-AP e Planejamento Estratégico de TIC, ambos desenvolvidos para o período de 2016 a 2021; e foram realizadas conforme requisitos previstos na [Resolução CNJ 182/2013](#) e no [Manual do Processo de Contratação de TIC](#).



Algumas contratações previstas no plano anual de contratação 2019 não foram realizadas devido alteração de escopo, necessidade ou restrição orçamentária, conforme detalhado no relatório de execução do plano de contratações de 2019, disponibilizado no portal de governança de TIC do TRE-AP.

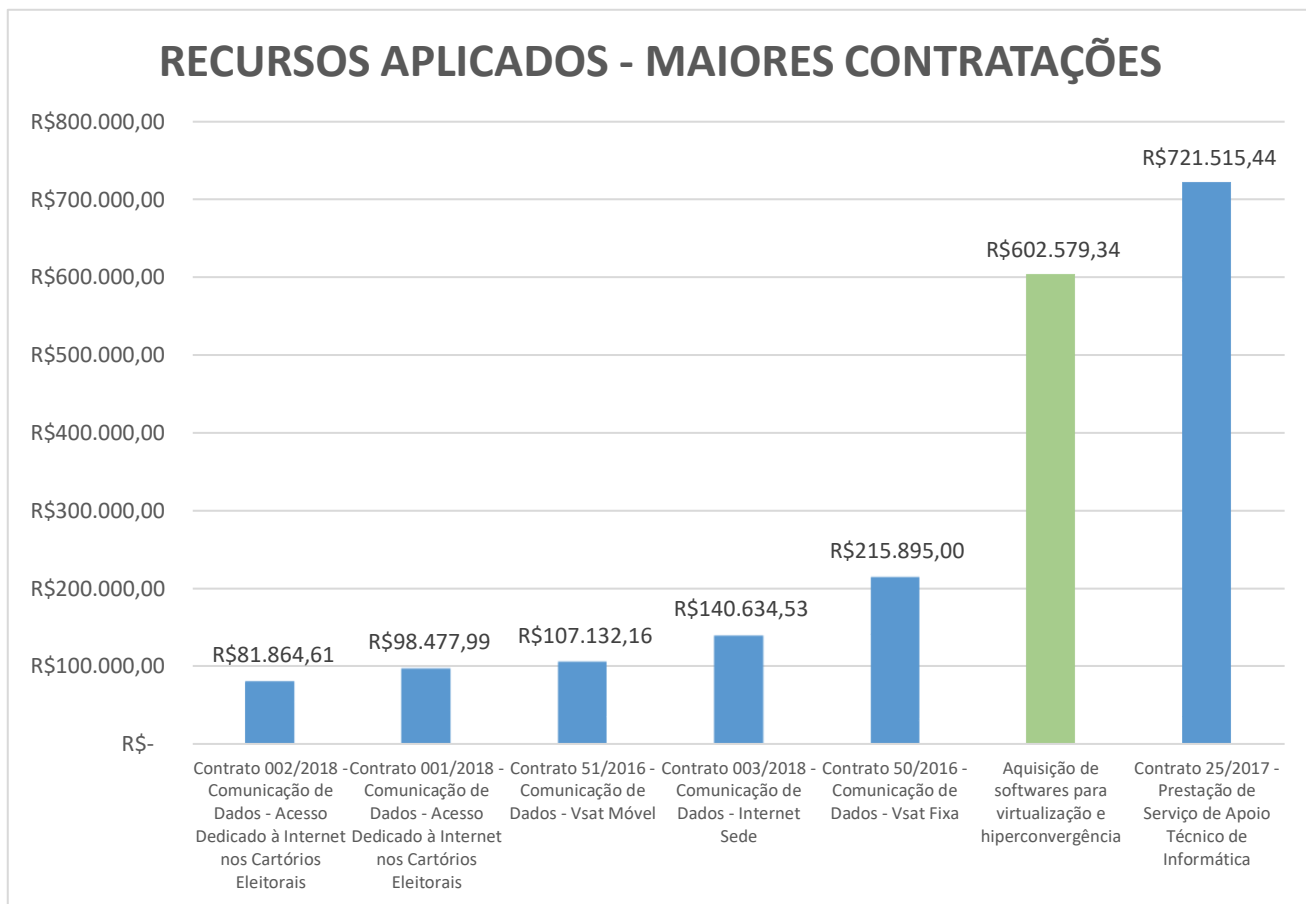
Em relação aos alinhamentos aos objetivos estratégicos, praticamente todos os recursos foram aplicados para atender o objetivo estratégico de *Garantia da Infraestrutura de TIC*. Os demais objetivos, como *aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC* não precisaram ter recursos alocados dedicados para seu cumprimento

Quanto à natureza orçamentária da despesa, os gastos foram realizados conforme distribuição abaixo (para melhor visualização, exibido somente itens com gastos acima de R\$ 8.000).



Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os contratos de maior valor para o Tribunal em 2019, gerenciados pela STI, foram os contratos relacionados à comunicação de dados e suporte à infraestrutura de TIC.



Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Além das diversas ações referentes às atividades de preparação, execução e monitoramento dos procedimentos eleitorais, as principais iniciativas de 2018 foram:

Pespectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
• RESULTADOS	• Primar pela Satisfação dos Clientes de TIC	• Em linhas gerais, todas as iniciativas de TI dispostas nas demais perspectivas contribuem para o atendimento desse objetivo	• Aumento do grau de satisfação dos usuários de serviços de TIC, atingindo o grau de 88,2% na pesquisa de satisfação dos serviços de TI
Pespectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
• PROCESSOS INTERNOS	• Aperfeiçoar a Gestão e a Governança de TIC • Aprimorar a Segurança da Informação	• Definição dos processos STI a serem mapeados pelas unidades • Proposição de normativo para definição de diretrizes para o planejamento, para a avaliação de desempenho e para comunicação sobre o resultado da gestão e do uso dos serviços de TIC • Regulamentação da política de gestão de pessoas da STI • Atualização do portal de governança de TIC do TRE-AP • Definição critérios objetivos para priorização de contratações e projetos da STI; • Avaliação da Governança de TIC • Revisão dos indicadores estratégicos de TIC • Palestra sobre Segurança do Processo Eleitoral	• Melhoria do índice de Governança TCU e CNJ • Padronização dos procedimentos de mensuração do desempenho e comunicação dos resultados STI. • Priorização de projetos e licitações conforme critérios objetivos. • Mapeamento da Governança de TIC no TRE-AP • Educação de diversos agentes da Eleição acerca dos procedimentos acerca da segurança do processo eleitoral

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
• RECURSOS	• Aperfeiçoar as Competências Gerenciais e Técnicas de pessoal • Garantir a Infraestrutura de TIC • Aprimorar a Gestão Orçamentária de TIC	• Implantação de novas aplicações: • Sistema de Diárias integrado • Sistema de Gestão de Atas • Nova versão do Coyote (sistema para gestão de competências institucionais) • Nova versão do PORTCRE/PORTJE • Implantação do VOIP • Criação do plano anual de contratações 2019 • Criação do Plano Anual de Capacitação 2019 • Dimensionamento da força de trabalho da STI	• Implantação de novos sistemas ou versões dos sistemas que são relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, tais como sistema Coyote, que permite a automação do processo de Avaliação das Competências dos servidores do TRE-AP; e PORTCRE e PORTJE, que permitem gerar estatísticas dos processos judiciais. • Melhoria no resultado dos indicadores: • Governança de TIC • Infraestrutura de TI • Plano Anual de Capacitação

Segurança da informação

A Resolução TSE 23.501/2016 institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.

A Resolução TRE-AP 510/2017 estabelece a política de segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Amapá.

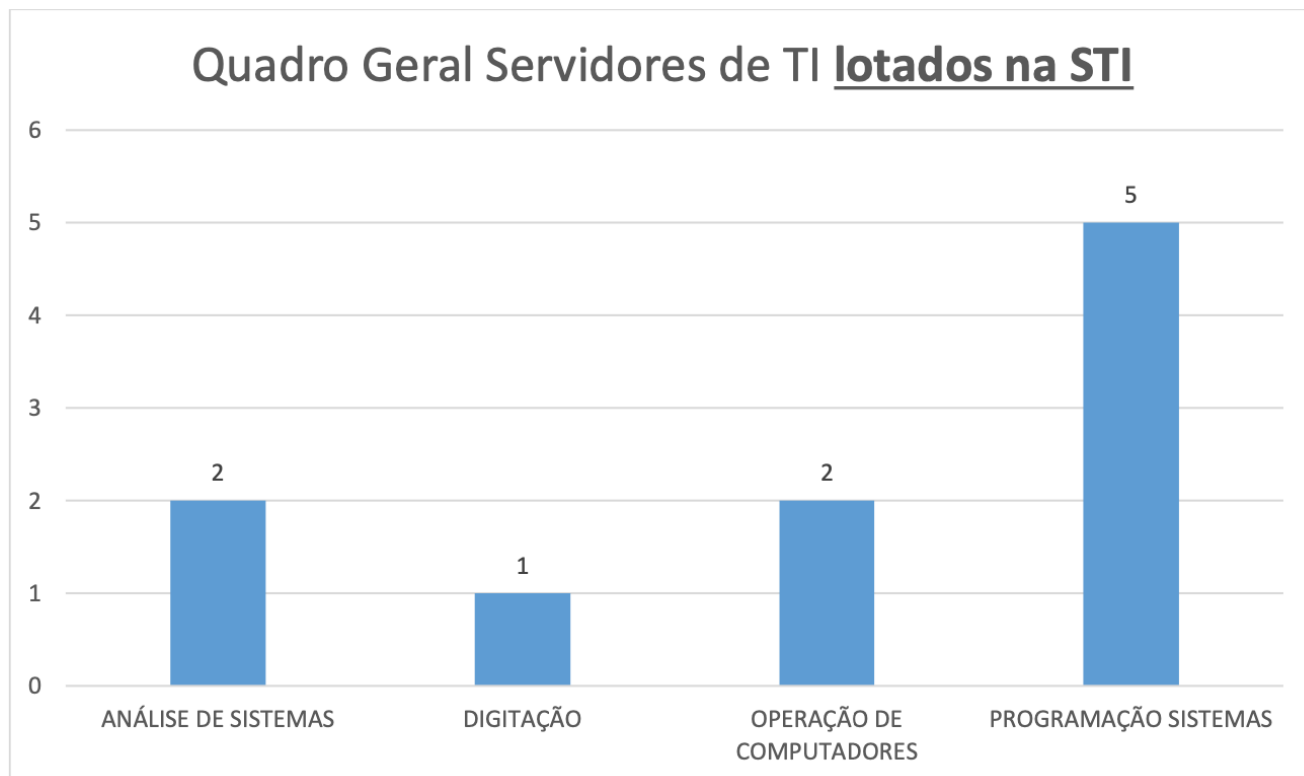
Em 2019 a Comissão de Segurança da Informação reuniu para iniciar os trabalhos de atualização da Política de Segurança da Informação (PSI) do TRE-AP, atualização de comitê de Segurança da Informação, adoção de normas correlatas à PSI (Controle de Acesso, Gestão de Ativos, Classificação e Tratamento da Informação, Gestão de Mudanças etc.) e realização de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança da informação. Em relação às campanhas, houve apresentação de palestra de segurança da informação para todos os servidores do TRE-AP, a qual espera-se ser continuada no ano de 2020.

Principais desafios (dificuldades, fraquezas e riscos)

Em linhas gerais, os principais desafios encontrados neste tema são:

- Inexistência de unidade ou equipes específicas para a Gestão e Planejamento de TIC
- Dificuldade no cumprimento das exigências das instâncias de controle, que são genéricas e desproporcionais ao aparato administrativo da STI, as quais implicam na alocação de recursos de pessoal e financeiros e na celeridade dos serviços prestados;
- Baixo orçamento para capacitação. No mesmo ano, poucos servidores recebem treinamento, o que pode ocasionar: execução inadequada das atividades técnicas e gerenciais de TI; utilização tecnologias ou metodologias obsoletas; aumento de dependência de serviços terceirizados
- Carência de pessoal na área de Tecnologia da Informação

Especificamente sobre o último item acima, relativo ao quadro reduzido de servidores na área de Tecnologia da Informação, ressalta-se que em setembro de 2019, em levantamento realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, baseado no Anexo “Força de Trabalho de TIC” da Resolução CNJ No 211/2015”, a STI apresentou ao Comitê de Gestão Estratégica (ID SEI 0392439) Relatório da Força de Trabalho da Secretaria (ID SEI 0392442), onde foi demonstrado que seriam necessários 17 servidores de TIC (cargos especializados) no quadro permanente, sendo que, atualmente, existe somente 14 servidores do TRE-AP, dos quais apenas 10 estão lotados na STI, apresentando a necessidade de **incremento de 70% no quadro de servidores de TIC lotados na STI**.



Essa carência de pessoal na Secretaria de Tecnologia da Informação ocasiona ainda outros **riscos** à STI:

Riscos

- Não cumprimento dos prazos dos projetos
- Limitações no desenvolvimento de novas soluções
- Perda de conhecimento de processos e sistemas
- Aumento de dependência de recursos tecnológicos e humanos de terceiros
- Perda de produtividade em decorrência de sistemas obsoletos ou ineficientes e consequente redução de reputação do Tribunal Regional Eleitoral em decorrência dessa perda de produtividade
- Dificuldade dos servidores, especialmente os de função de chefia, em executar de forma eficiente atividades de planejamento, gestão e controle

Ações futuras

- Realizar nova revisão dos indicadores estratégicos
- Realizar implantação de central de serviços de 1º e 2º níveis para atendimento de requisições efetuados pelos usuários internos
- Reforçar necessidade de servidores para a STI

- Revisar a política de segurança da informação e implantar normas correlatas à política
- Adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança da informação
- Revisar plano de Melhoria da Governança e Gestão de TIC
- Melhoria da Infraestrutura de backup e redundância de dados
- Melhoria da qualidade dos links de comunicação dos cartórios eleitorais.
- Mapeamento dos processos de Tecnologia da Informação

Gestão Patrimonial e infraestrutura

Desde o ano de 2010, a Unidade Jurisdicionada cumpre integralmente à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, seguindo ainda as diretrizes contidas na Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010. O cálculo da depreciação é totalmente informatizado, feito no sistema ASI Web e conciliado mensalmente.

Atualmente, todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual. O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I, aplicável a toda a justiça eleitoral.

➤ **Bens Móveis Em 2019:** o saldo de Bens Móveis apresentou saldo de R\$- 26.382.522,99, sem grande alteração em relação ao exercício anterior, anotando que a conta de depreciação acumulada saltou de R\$- 11.538.427,24 em 2018 para R\$-13.103.552,63 em 2019. Não obstante o valor da depreciação dos Bens Móveis representar quase 50% do valor bruto dos bens, estes encontram-se em excelente estado de conservação, com controle de localização, responsáveis e demais controles feitos no módulo Patrimônio do sistema ASI Web. Cumpre ainda informar que a UPC realização anualmente levantamento de inventários.

➤ **Bens Imóveis** O saldo de Bens Imóveis não apresentou alteração em relação ao exercício anterior, porém observa-se que houve um acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada em relação ao ano anterior. Segundo informações da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade. Considerando que o erro só foi identificado após o encerramento do exercício, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. Cumpre ainda informar que relativamente às instalações imobiliárias, a Unidade Jurisdicionada possui instalações próprias para todas as suas unidades administrativas, as quais encontram-se em perfeitas condições de funcionamento, contando, inclusive, com instalações de energia fotovoltaicas.

➤ **Software e Marcas e Patentes** Temos registrado no Intangível o valor de R\$- 2.588.265,32 representando todas as tecnologias de softwares adquiridas no mercado para viabilizar a operacionalização, controle, segurança e agilidade dos procedimentos afetos à área de atuação da Justiça Eleitoral.

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

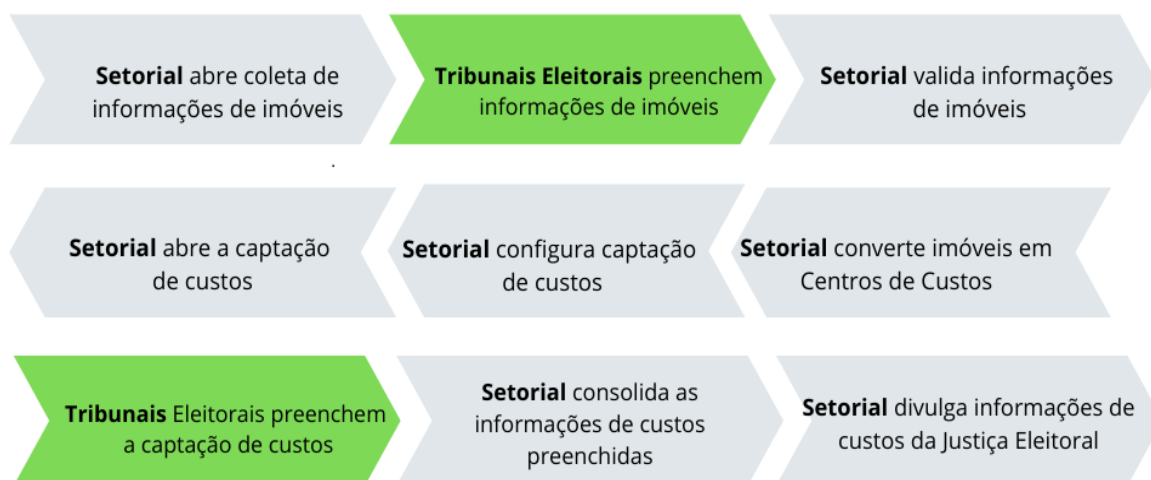
A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

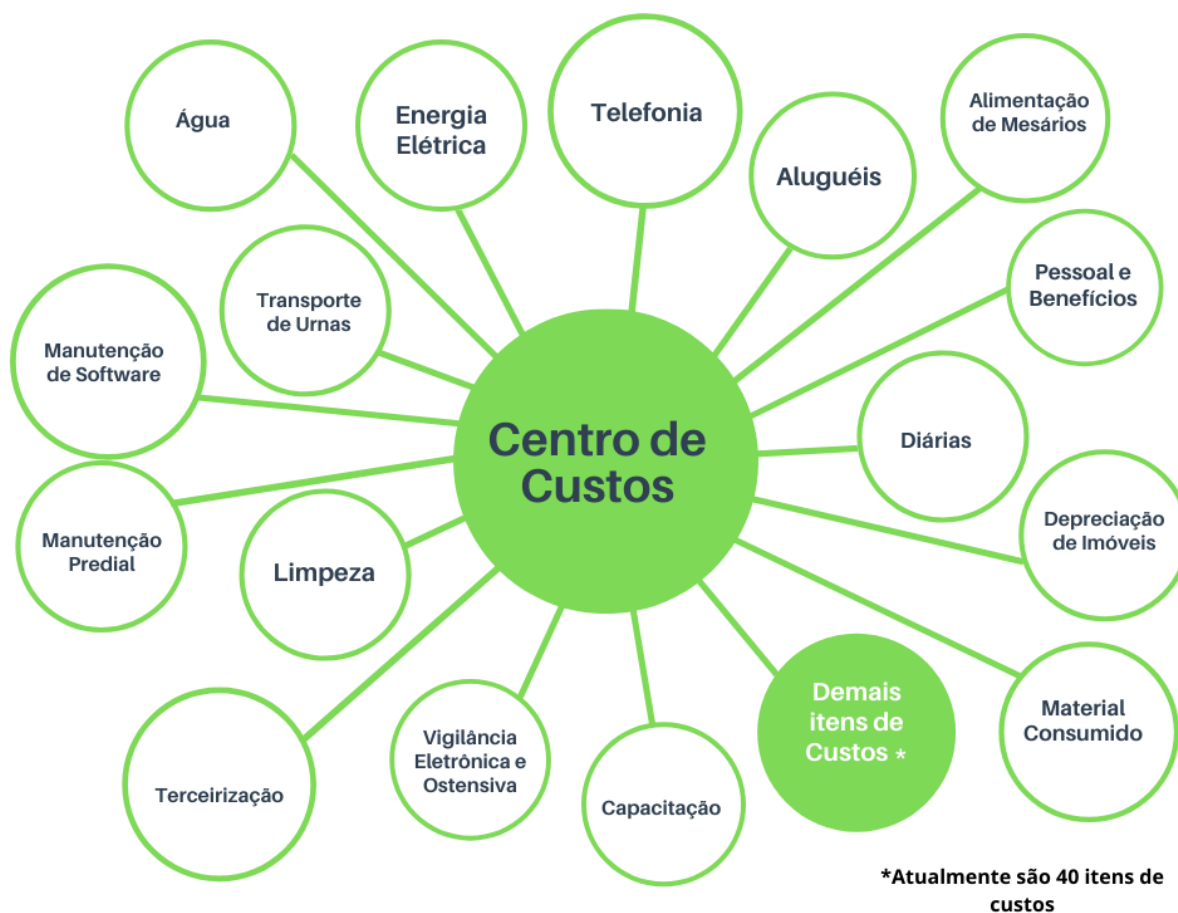
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



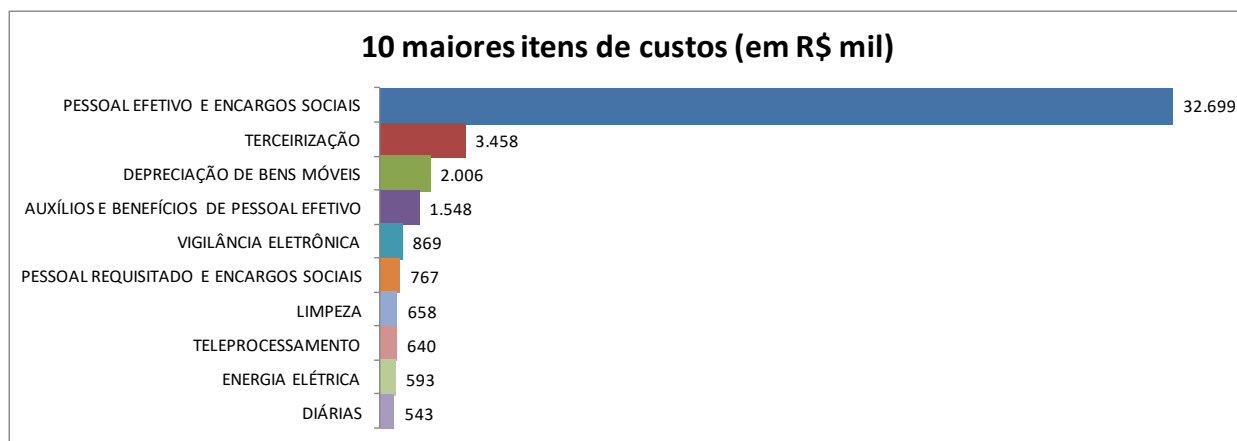
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



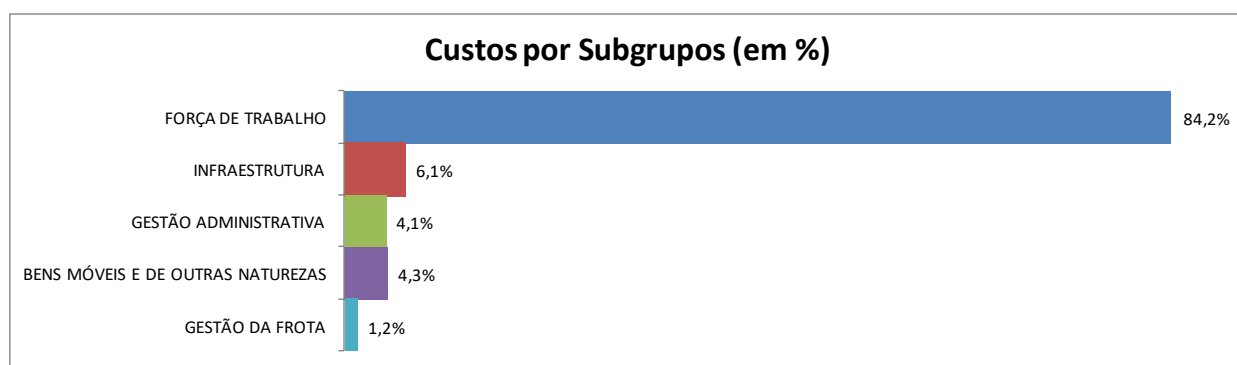
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

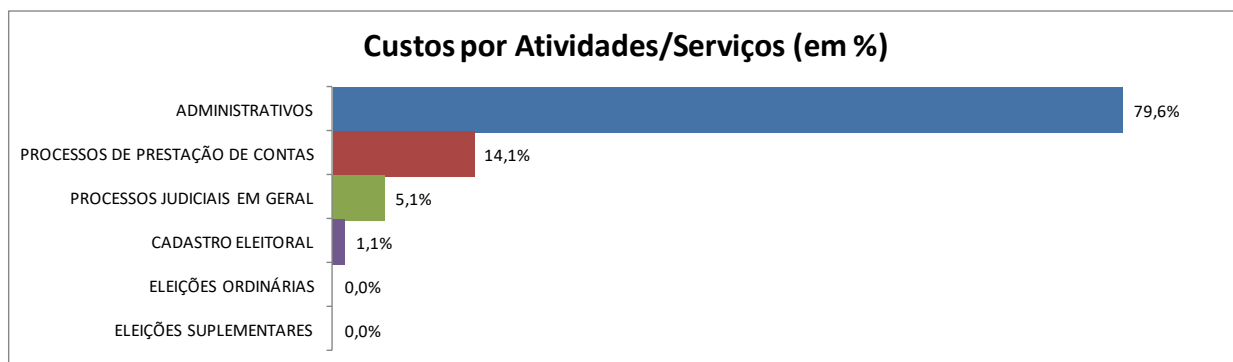
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no exercício de 2019**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



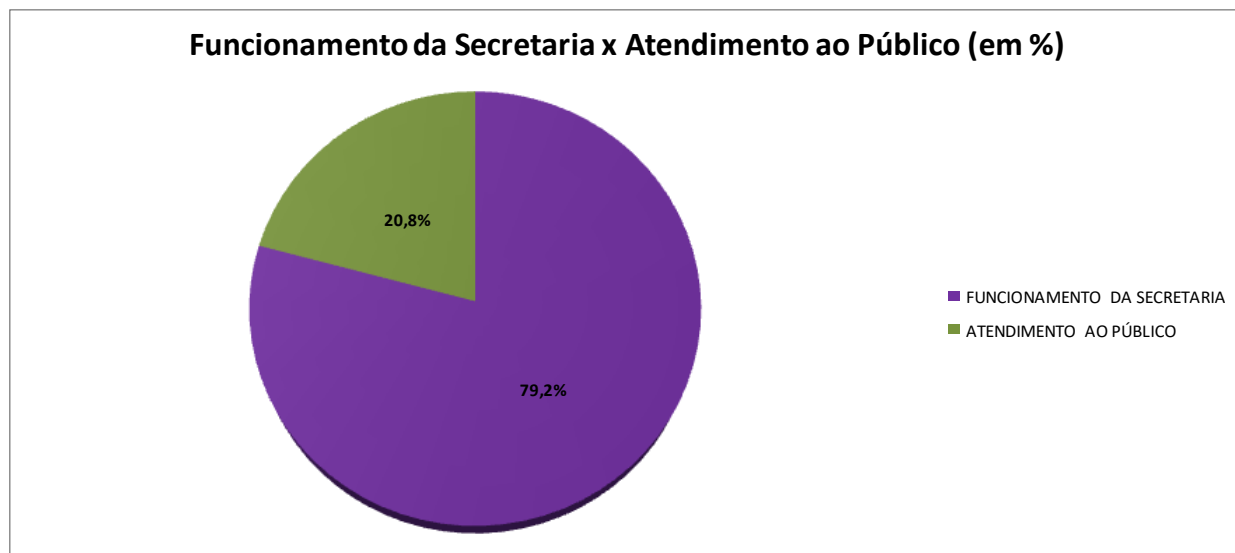
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Gestão Judiciária

Novo sistema de filiação partidária (FILIA)

Em 2019 foi implantado um novo sistema de filiação partidária – o FILIA – em substituição ao Sistema FILIA WEB, agora sob a responsabilidade da Secretaria Judiciária, que delegou à Seção de Registros Partidários a responsabilidade na operação desse sistema.

O sistema entrou em operação no dia 15 de setembro, já com o processamento das listas de filiações sendo realizadas no mês de outubro. A receptividade por parte dos usuários foi satisfatória frente às novas implementações.

A principal inovação do sistema FILIA foi o gerenciamento dos usuários sendo feito pela direção nacional de cada agremiação, a exemplo do que acontece com os sistemas Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP e Sistema de Apoio de Partido em Formação – SAPF.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Como conseqüência da Implantação do Processo Judicial eletrônico, no âmbito do 1º grau (11 zonas eleitorais). Ocorreu em duas etapas: no dia 20/08/2019 foi concluída a implantação nas Zonas Eleitorais da capital e no dia 24/09/2020 nas demais zonas eleitorais. Ainda não é possível quantificar os resultados da implantação do PJe nas Zonas mas estima-se economia superior à alcançada pela Sede do Tribunal com material de expediente, como capas de processo e resmas de papel, além da agilidade, maior transparência e segurança no processamento dos feitos administrativos e principalmente os judiciais, consideradas as restrições dos que tramitam sob sigilo de Justiça.

Sessões do Pleno e Acórdãos produzidos

Foram realizadas 71 Sessões Judiciárias; 19 Sessões Administrativas e 01 Sessão Solene. Foram publicados 659 Acórdãos

Partidos Políticos registrados no TRE/AP

Todas as informações sobre contas partidárias, filiação partidária, partidos e propaganda partidárias estão no seguinte link: <http://www.tre-ap.jus.br/partidos>

METAS

META 1

109,10%

JULGAR MAIS
PROCESSOS QUE OS
DISTRIBUÍDOS

META 2

103,34%

IDENTIFICAR E
JULGAR PELO MENOS
90% DOS PROCESSOS
DISTRIBUÍDOS ATÉ
31/12/2017

META 4

ELEIÇÕES 2016

52,01%

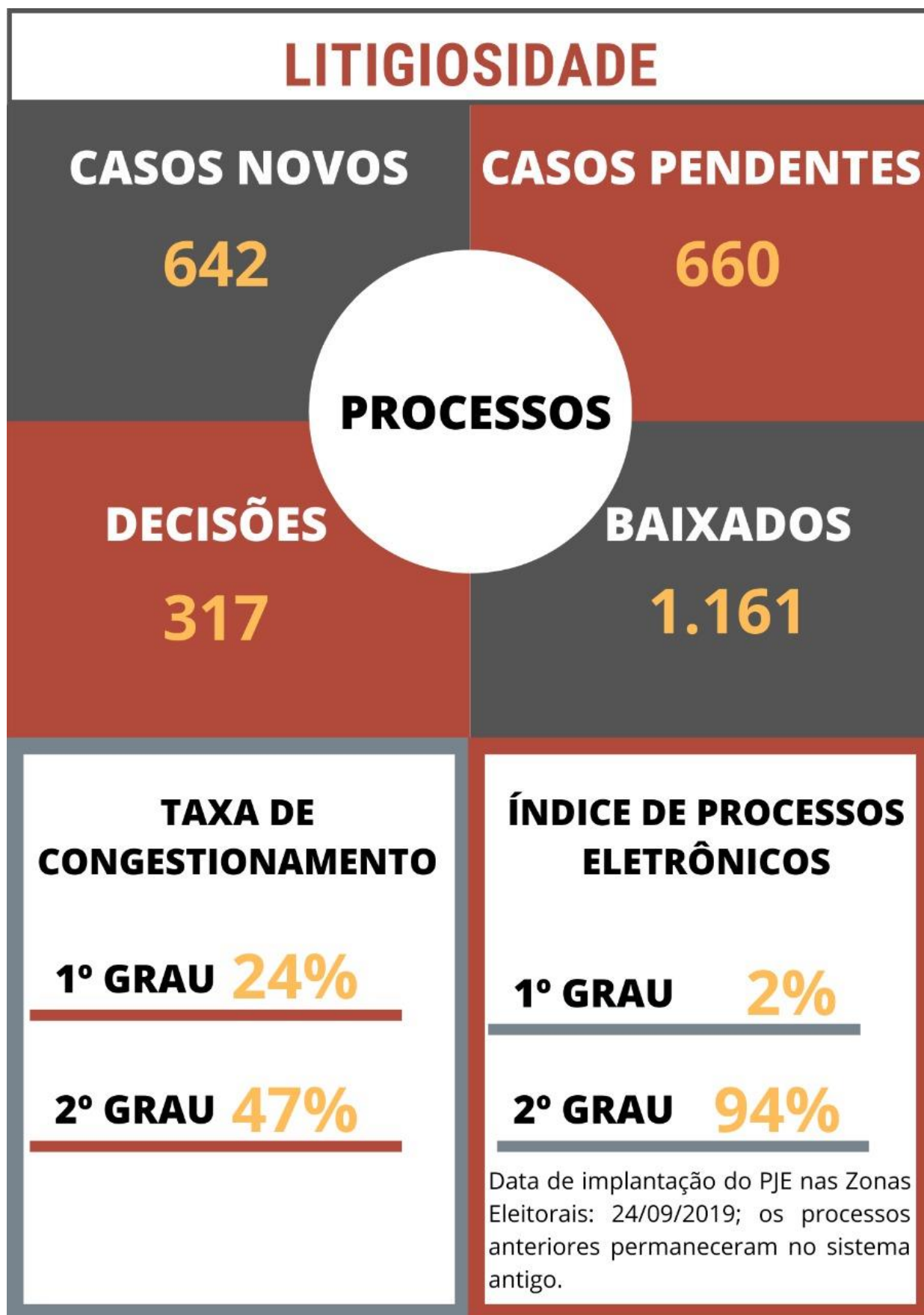
PRIORIZAR OS SEGUINTE
PROCESSOS: CRIMES CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO, À
IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E AOS
ILÍCITOS ELEITORAIS

META 4

ELEIÇÕES 2018

39,22%

PRIORIZAR OS SEGUINTE
PROCESSOS: CRIMES CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO, À
IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E AOS
ILÍCITOS ELEITORAIS



PRODUTIVIDADE



PROCESSOS NOVOS

23.684

PROCESSOS NO TOTAL



PROCESSOS BAIXADOS

602

PROCESSOS NO TOTAL



SENTENÇAS

1.353

SENTENÇAS NO TOTAL



ATOS CUMPRIDOS

34.639

ATOS CUMPRIDOS NO TOTAL



DECISÕES

189

DECISÕES NO TOTAL



DESPACHOS

3.084

DESPACHOS NO TOTAL

Gestão da Sustentabilidade



A preservação do meio ambiente, bem como a sua manutenção é fruto da tutela constitucional prevista no ordenamento jurídico pátrio.

No âmbito no Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 201 de março de 2015, implementou a busca por estes pilares da tutela ambiental, determinando a todos os órgãos do Poder Judiciário o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ), no sentido de adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da

sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O PLS-PJ deste Tribunal (Res. Nº 499/2017) está vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do Órgão.

Do PLS-PJ/TRE-AP surgiram diversas ações práticas que buscaram a efetivação do desenvolvimento sustentável na realidade da Justiça Eleitoral do Amapá, conforme aplicações práticas contidas nos **critérios de contratação** e no alcance das **metas estabelecidas**

O PLS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ PODE SER ENCONTRADO NO SEGUINTE LINK:

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/plano-de-logistica-sustentavel/plano-de-logistica-sustentavel-2017-2021>



UTILIZAÇÃO RACIONAL DE RECURSOS
NATURAIS COMO ÁGUA E ENERGIA



MAIOR EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE
RECURSOS NATURAIS COMO ÁGUA E
ENERGIA



MAIOR GERAÇÃO DE EMPREGOS
PREFERENCIALMENTE COM MÃO DE OBRA
LOCAL



MAIOR VIDA ÚTIL E MENOR CUSTO DE
MANUTENÇÃO DO BEM E DA OBRA



USO DE INOVAÇÕES QUE REDUZAM A
PRESSÃO SOBRE RECURSOS NATURAIS



ORIGEM SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
NATURAIS UTILIZADOS NOS BENS, NOS
SERVIÇOS E NAS OBRAS



UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS
ORIGINÁRIOS DE MANEJO FLORESTAL
SUSTENTÁVEL OU DE REFLORESTAMENTO



UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS
BIODEGRADÁVEIS



Destaques das metas atingidas no PLS



DESTINAÇÃO DE PAPEL

2.508 QUILOS DE PAPEL

Em 2017 foram destinados apenas 809 Kg de papel para reciclagem, já em 2019 foram destinados 2.508 Kg

GASTO COM SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO

REDUÇÃO DE 84,84%

Em 2017 foram gastos mais de 37 mil reais com suprimentos para impressão, já em 2019 o gasto foi reduzido para aproximadamente 6.7 mil reais



EXTINÇÃO DE PAPEL NÃO RECICLÁVEL

REDUÇÃO DE 100% NA COMPRA DE PAPEL NÃO RECICLÁVEL

O TRE-AP reduziu o gasto com papel não reciclável, que em 2017 era mais de 9 mil reais, para 0.



REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

REDUÇÃO DE 4,82%

Em 2017 foram consumidos aproximadamente 1 milhão de KWh, este número, em 2019, caiu para aproximadamente 883 KWh



COPOS DESCARTÁVEIS

REDUÇÃO DE 25,64%

A despesa com copos descartáveis para água foi reduzida de 1.950 reais em 2017 para 1.450 reais em 2019

DESTINAÇÃO DE PLÁSTICO

AUMENTO DE 137%

Em 2019, o Tribunal enviou para reciclagem 365 Kg de plástico, frente aos 154 Kg destinados em 2017



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As Demonstrações orçamentárias, Financeira e Fiscal referentes ao exercício de 2019 estão publicadas no sítio eletrônico, <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal>.

A Setorial de Contabilidade do TRE-AP está inserida na Coordenadoria de Orçamento e Finanças, que por sua vez compõe a estrutura da Secretaria de Administração e Orçamento-SAO. A unidade é responsável, dentre outras atribuições, pelas conformidades dos registros de gestão e contábil, que compreendem o acompanhamento dos atos e fatos registrados no SIAFI. A fidedignidade da informação contábil é garantida pela conformidade documental, momento em que se faz o confronto do lançamento contábil e do documento que lhe dá suporte. Os balancetes mensais são objeto de análise mês a mês, para que se possa garantir a observância às normas contábeis vigentes.

Demonstrações Contábeis

- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela Unidade Jurisdicionada representam os atos e fatos praticados no exercício ao qual se referem, cujos registros contábeis observam fielmente as normas vigentes, em especial a Lei nº 4.320/64, Lei nº 101/2000 – LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Os balanços orçamentários, Patrimonial, Financeiro e de demonstração das variações patrimoniais estão dispostas no anexo – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (balanço orçamentário, patrimonial, financeiro, dvp e dfc)

Nota 1 – Ativo Imobilizado

Bens Móveis		Bens Imóveis		Softwares, Marcas e Patentes
Valor Bruto	26.382.522,99	Valor Bruto	45.755.941,67	2.588.265,32
Depreciação	(-13.103.552,63)	Depreciação	(-1.564.650,15)	

Os elementos do ativo imobilizado expostos no quadro acima representam a totalidade do patrimônio físico e intangível da UJ, necessários e suficientes para o funcionamento de 10 zonas eleitorais, 04 postos avançados e a sede do TRE-AP. A conta de Bens Imóveis ainda carece de conciliação com o sistema Spiunet e inclusão dos valores de alguns terrenos onde foram construídos cartórios eleitorais, pois alguns terrenos recebidos em doação das prefeituras ainda não cumpriram todos os requisitos de exigidos para a doação. Ressalta-se também que as contas do Ativo Intangível ainda não passaram por processo de amortização, o que será feito após a conclusão do desenvolvimento do módulo Intangível do sistema ASI Web pelo TSE.

Nota 2 – Passivo Exigível - Provisão de Férias e de 13º Salário

No passivo exigível o valor mais expressivo é de Pessoal, no valor de R\$-1.725.454,65, e representa em maior proporção provisão de férias ainda não usufruídas por servidores no exercício de competência. O registro da referida provisão é realizado em cada mês de competência, em cumprimento à determinação do TCU contida no Acórdão nº 1322/2018. Tanto a provisão de férias como a de 13º salário foram disciplinadas da Orientação SOF/TSE Nº 10/2018 e são cumpridas integralmente pela UPC.

Nota 3 – Diferença de valores entre exercícios - Balanço Financeiro

Ao confrontar os valores que compõem os balanços de 2018 e 2019 observa-se uma diferença significativa nos valores das despesas. Em 2019 tivemos despesas inferiores a 2018. Não

se trata de redução de gastos e sim de gastos inferiores em ano não eleitoral. Em 2018 ocorreram eleições gerais, razão pela qual os gastos foram maiores e isso acontece sempre em anos eleitorais, pois a logística das eleições demanda um volume maior de recursos para viabilizar a segurança do processo eleitoral e envio das urnas eletrônicas aos mais diversos locais de votação existentes no Estado.

Nota 4 – Restos a Pagar

A execução dos Restos a Pagar não comprometeu o limite de pagamento da UPC, em razão do baixo valor inscrito, ressaltando que nos últimos anos tem sido realizado um esforço permanente no sentido priorizar a execução orçamentária dentro do próprio exercício financeiro, evitando-se, na medida do possível, inscrições em Restos a Pagar. Em 2019 foram inscritos em Restos a Pagar não Processados o montante de R\$-387.670,13, contra R\$-773.871,66 inscritos em 2018, representando uma redução de 50%.

No que diz respeito aos Restos a Pagar Processados, representados pela conta Fornecedores no Balanço Patrimonial, tivemos um registro no valor de R\$-493.701,26 no exercício, contra 8.605,09 em 2018. O saldo a maior se deve a falhas no processamento do sistema ocorrido no último dia útil do exercício.

Nota 5 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Desde o ano de 2010, a Unidade Jurisdicionada cumpre integralmente à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, seguindo ainda as diretrizes contidas na Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010. O cálculo da depreciação é totalmente informatizado, feito no sistema ASI Web e conciliado mensalmente.

Atualmente, todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual.

O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I, aplicável a toda a justiça eleitoral.

- Bens Móveis

Em 2019 o saldo de Bens Móveis apresentou saldo de R\$- 26.382.522,99, sem grande alteração em relação ao exercício anterior, anotando que a conta de depreciação acumulada saltou de R\$-11.538.427,24 em 2018 para R\$-13.103.552,63 em 2019. Não obstante o valor da depreciação dos Bens Móveis representar quase 50% do valor bruto dos bens, estes encontram-se em excelente estado de conservação, com controle de localização, responsáveis e demais controles feitos no módulo Patrimônio do sistema ASI Web. Cumpre ainda informar que a UPC realização anualmente levantamento de inventários.

- Bens Imóveis

O saldo de Bens Imóveis não apresentou alteração em relação ao exercício anterior, porém observa-se que houve um acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada em relação ao ano anterior. Segundo informações da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade. Considerando que o erro só foi identificado após o encerramento do exercício, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. Cumpre ainda informar que relativamente às instalações imobiliárias, a Unidade Jurisdicionada possui instalações próprias para todas as suas unidades administrativas, as quais encontram-se em perfeitas condições de funcionamento, contando, inclusive, com instalações de energia fotovoltaicas.

- Software e Marcas e Patentes

Temos registrado no Intangível o valor de R\$- 2.588.265,32 representando todas as tecnologias de softwares adquiridas no mercado para viabilizar a operacionalização, controle, segurança e agilidade dos procedimentos afetos à área de atuação da Justiça Eleitoral.

Nota 6 – Relativamente à aplicação da NBC T 16.10 e à mensuração de ativos e passivos, a UJ tem adotado os seguintes procedimentos:

- Material de consumo em almoxarifado:

Tem-se adotado a mensuração com base no custo de aquisição, registrando-se no SIAFI e no sistema ASI Web as movimentações diárias ocorridas, elaborando-se ao final de cada mês o Relatório Mensal de Movimentação de Almoxarifado – RMA e o batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade;

- Bens móveis:

São registrados pelo custo de aquisição, com registro mensal da depreciação e elaboração mensal de Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade;

- Bens imóveis:

São registrados pelo custo de construção somado ao valor do terreno, porém alguns imóveis foram registrados apenas pelo custo de construção, sem o registro do valor do terreno. Isso ocorreu porque a quase totalidade dos terrenos foram recebidos em doação das prefeituras onde estão localizados e a documentação de doação ainda se encontra incompleta.

- Passivos decorrentes da execução de contratos:

São empenhados pelo valor dos contratos, na proporção da execução no exercício;

- Passivos de pessoal por insuficiência de crédito/recursos:

Não houve valor a ser registrado sob esse título;

- Passivos contingentes:

Não foram identificados passivos contingentes que ameacem a gestão orçamentária e financeira.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Compete à Unidade de Controle Interno deste Tribunal, o acompanhamento do cumprimento das determinações e recomendações procedentes do Tribunal de Contas da União (TCU).

Citada unidade, elaborou Relatório detalhado que acompanha esta prestação de contas como anexo.

Todas as informações sobre plano de auditoria, principais recomendações, monitoramento, conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e, avaliação dos controles internos e gestão de riscos estão foram devidamente tratados no citado.

Informações do Fundo Partidário

Os recursos do Fundo Partidário são valores distribuídos pelo TSE aos órgãos nacionais dos partidos políticos, os quais são repassados aos órgãos estaduais e municipais das agremiações partidárias. A aplicação e prestação de contas desses recursos é fiscalizada pela Justiça Eleitoral.

Ressalta-se que a informação sobre o repasse de quotas do Fundo Partidário às direções estaduais dos partidos, relativas ao exercício 2019, somente estarão disponíveis a partir de 30.06.2020, tendo em vista o disposto no art. 32 da Lei nº 9.096/95 c/c o art. 28 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

Os demonstrativos dos valores repassados pelos Órgãos Nacionais aos seus Diretórios Estaduais nos exercícios anteriores, por sua vez, podem ser verificados nos seguintes *links*:

- (1) <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>;
- (2) <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>;

Atividades de Correição na seara das atividades eleitorais de 1º Grau

A correição das atividades eleitorais no Amapá, é de competência do Corregedor Regional Eleitoral. As atividades correcionais, inclusive no que se refere às autoridades judiciais e suas incumbências, estão fundamentadas nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral números 7.651/65, 21.372/2003 e 23.416/2004.

As atividades correcionais se alinham aos seguintes objetivos estratégicos: garantia dos direitos da cidadania; combate à corrupção e à improbidade administrativa; celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional; fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral.

As atividades de correição de primeiro grau são subdivididas em correições e inspeções. As correições, por seu turno, se dividem em ordinárias e extraordinárias.

As correições ordinárias visam a aferir a regularidade do funcionamento dos cartórios eleitorais e de seus serviços, sendo efetivadas pelo juiz da zona respectiva ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada ano, até o dia 19 de dezembro.

As correições extraordinárias são necessárias no caso de haver a constatação de deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais, ou de prejuízo à prestação jurisdicional, à disciplina e ao prestígio da Justiça Eleitoral, ou, ainda, no caso de descumprimento de resoluções ou outros atos normativos do Tribunal Superior Eleitoral ou da Corregedoria-Geral.

As inspeções são úteis para verificar fatos que interessem à instrução de processos em trâmite na Corregedoria-Geral ou na Justiça Eleitoral, e também para verificar o funcionamento dos órgãos administrativos e jurisdicionais, de modo que seus serviços sejam aprimorados, independentemente de haver, ou não, irregularidades.

As inspeções são ferramentas que permitem o acompanhamento permanente dos trabalhos no primeiro grau de jurisdição e a aferição *in loco* dos serviços nos Cartórios Eleitorais, possuindo caráter pedagógico, orientador e assecuratório da correta aplicação dos princípios e normas.

Apuração de ilícitos administrativos

Cumprir informar que não há registros de processos autuados para a apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade, no exercício de 2019, bem como sobre a condução dos processos administrativos disciplinares.

ANEXOS E APÊNDICES

I - Demonstrações contábeis (Unidade Contábil)

As Demonstrações Contábeis que passamos a informar foram analisadas pela unidade de Contabilidade da Unidade Jurisdicionada e representam fielmente os atos e fatos praticados no exercício ao qual se referem, com eventuais ressalvas descritas em notas explicativas.

- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- **BALANÇO PATRIMONIAL**
- **BALANÇO FINANCEIRO**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

II - Desempenho Físico-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: SEÇÃO DE CONTABILIDADE – TRE/AP**CONTADORA RESPONSÁVEL: Lucélia Cunha Moraes, CRC Nº 011317/O-1**

A Setorial de Contabilidade do TRE-AP está inserida na Coordenadoria de Orçamento e Finanças, que por sua vez compõe a estrutura da Secretaria de Administração e Orçamento-SAO. A unidade é responsável, dentre outras atribuições, pelas conformidades dos registros de gestão e contábil, que compreendem o acompanhamento dos atos e fatos registrados no SIAFI. A fidedignidade da informação contábil é garantida pela conformidade documental, momento em que se faz o confronto do lançamento contábil e do documento que lhe dá suporte. Os balancetes mensais são objeto de análise mês a mês, para que se possa garantir a observância às normas contábeis vigentes.

Declaração do Contador

DECLARO que os demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2019, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão, com ressalva à conta de Bens Imóveis do Ativo Imobilizado, a qual carece de ajustes de conciliação entre os registros constantes do SIAFI e do sistema *SPIUnet*, o que vem sendo feito gradativamente.

Declaro ainda que o acompanhamento das contas é registrado mensalmente no SIAFI, por meio da conformidade contábil mensal, e diariamente, por meio da conformidade documental dos registros de gestão.

Macapá-AP, 19 de fevereiro de 2020.

Lucélia Cunha Moraes

CRC Nº 011317/O-1

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS

- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela Unidade Jurisdicionada representam os atos e fatos praticados no exercício ao qual se referem, cujos registros contábeis observam fielmente as normas vigentes, em especial a Lei nº 4.320/64, Lei nº 101/2000 – LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT			56.070.683,60	56.070.683,60
TOTAL	-	-	56.070.683,60	56.070.683,60

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	50.096.410,00	53.625.214,00	54.319.877,12	53.760.891,80	53.759.566,09	694.663,12
Pessoal e Encargos Sociais	36.160.861,00	39.950.453,00	40.656.724,08	40.273.753,79	40.273.753,79	706.271,08
Outras Despesas Correntes	13.935.549,00	13.674.761,00	13.663.153,04	13.487.138,01	13.485.812,30	11.607,96
DESPESAS DE CAPITAL	136.178,00	1.754.512,00	1.750.806,48	1.539.151,38	1.048.376,91	3.705,52
Investimentos	136.178,00	1.754.512,00	1.750.806,48	1.539.151,38	1.048.376,91	3.705,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS	50.232.588,00	55.379.726,00	56.070.683,60	55.300.043,18	54.807.943,00	690.957,60
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	50.232.588,00	55.379.726,00	56.070.683,60	55.300.043,18	54.807.943,00	690.957,60
TOTAL	50.232.588,00	55.379.726,00	56.070.683,60	55.300.043,18	54.807.943,00	690.957,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	-	325.274,75	325.274,74	325.274,74	0,01	-
Outras Despesas Correntes	-	448.596,91	382.412,60	382.412,60	66.184,31	-
TOTAL	-	773.871,66	707.687,34	707.687,34	66.184,32	-

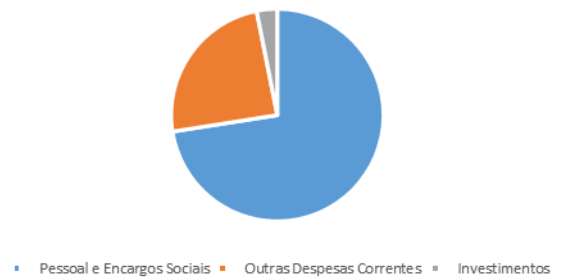
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	-	31.701,27	31.701,27	-	-
Outras Despesas Correntes	938,02	8.605,09	7.004,01	-	2.539,10
TOTAL	938,02	40.306,36	38.705,28	-	2.539,10

DESPESAS EMPENHADAS EM 2019 POR CATEGORIA ECONÔMICA



DESPESAS EMPENHADAS EM 2019 POR GRUPO DE DESPESAS



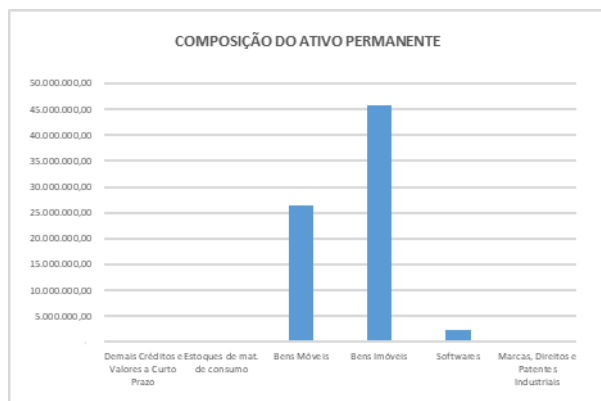
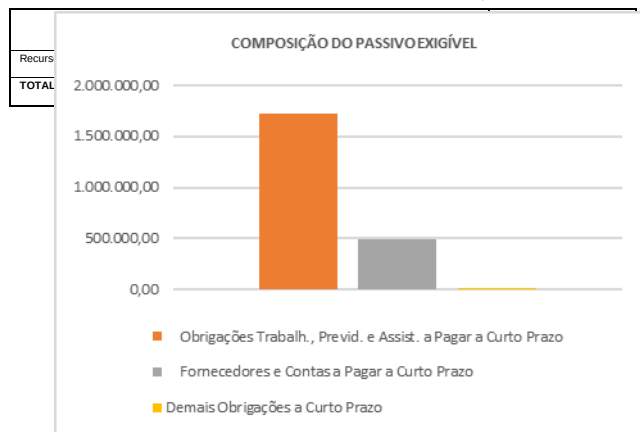
2. BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	942.069,14	830.307,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	511.201,94	327.068,31
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	36.438,04	69.372,11
Estoques	394.429,16	433.866,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE	60.058.527,20	61.727.429,54
Imobilizado	57.470.261,88	59.925.077,56
Bens Móveis	13.278.970,36	15.048.286,50
Bens Móveis	26.382.522,99	26.586.713,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.103.552,63	-11.538.427,24
Bens Imóveis	44.191.291,52	44.876.791,06
Bens Imóveis	45.755.941,67	45.755.941,67
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.564.650,15	-879.150,61
Intangível	2.588.265,32	1.802.351,98
Softwares	2.404.931,32	1.802.351,98
Softwares	2.404.931,32	1.802.351,98
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	183.334,00	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	183.334,00	-
TOTAL DO ATIVO	61.000.596,34	62.557.736,59

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		2.220.093,93	1.118.198,80
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		1.725.454,65	1.099.163,18
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		493.701,26	8.605,09
Demais Obrigações a Curto Prazo		938,02	10.430,53
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.220.093,93	1.118.198,80
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2019	2018
Resultados Acumulados		58.780.502,41	61.439.537,79
Resultado do Exercício		-903.221,53	17.962.571,03
Resultados de Exercícios Anteriores		61.439.537,79	47.685.242,59
Ajustes de Exercícios Anteriores		-1.755.813,85	-4.208.275,83
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.780.502,41	61.439.537,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.000.596,34	62.557.736,59

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL



3. BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Transferências Financeiras Recebidas	55.738.469,25	66.867.969,12	Despesas Orçamentárias	56.070.683,60	67.315.686,15
Resultantes da Execução Orçamentária	55.303.093,24	66.827.942,80	Ordinárias	54.327.409,60	64.252.738,29
Sub-repasse Recebido	55.303.093,24	66.827.942,80	Vinculadas	1.743.274,00	3.062.947,86
Independentes da Execução Orçamentária	435.376,01	40.026,32	Previdência Social (RPPS)	1.743.274,00	1.685.668,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	435.376,01	27.215,17	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.377.279,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.811,15	Transferências Financeiras Concedidas	323.636,75	406.526,54
Recebimentos Extraorçamentários	1.623.415,21	1.263.500,03	Resultantes da Execução Orçamentária	-	8.036,00
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	492.100,18	40.306,36	Sub-repasse Devolvido		8.036,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	770.640,42	773.871,66	Independentes da Execução Orçamentária	323.636,75	398.490,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.037,86	63.642,62	Movimento de Saldos Patrimoniais	323.636,75	398.490,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários	323.636,75	385.679,39	Pagamentos Extraorçamentários	783.430,48	90.224,15
Arrecadação de Outra Unidade	323.636,75	385.679,39	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.705,28	24.889,83
Saldo do Exercício Anterior	327.068,31	8.036,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	707.687,34	1.691,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	327.068,31	8.036,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.037,86	63.642,62
TOTAL	57.688.952,77	68.139.505,15	Saldo para o Exercício Seguinte	511.201,94	327.068,31
			Caixa e Equivalentes de Caixa	511.201,94	327.068,31
			TOTAL	57.688.952,77	68.139.505,15

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.242.941,23	81.869.987,69
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.234,66	11,58
Juros e Encargos de Mora	1.234,66	11,58
Transferências e Delegações Recebidas	55.738.469,25	81.115.860,53
Transferências Intragovernamentais	55.738.469,25	66.867.969,12
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	14.247.891,41
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	180.835,23	368.447,77
Reavaliação de Ativos	180.835,23	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	362.856,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	5.591,09
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	322.402,09	385.667,81
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	322.402,09	385.667,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	57.146.162,76	63.907.416,66
Pessoal e Encargos	38.896.598,47	41.139.747,78
Remuneração a Pessoal	32.258.033,87	33.912.517,85
Encargos Patronais	4.834.881,65	4.739.088,72
Benefícios a Pessoal	1.803.682,95	1.891.671,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	596.470,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.408.746,08	1.833.646,07
Aposentadorias e Reformas	2.076.978,76	1.646.316,44
Pensões	330.448,82	187.329,63
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.318,50	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.894.387,41	19.832.854,80
Uso de Material de Consumo	634.890,89	2.042.645,85
Serviços	11.351.667,96	15.343.201,86
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.907.828,56	2.447.007,09
Transferências e Delegações Concedidas	323.636,75	918.913,09
Transferências Intragovernamentais	323.636,75	406.526,54
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	512.386,55
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	574.047,58	106.031,16
Perdas Involuntárias	-	5.242,31
Desincorporação de Ativos	574.047,58	100.788,85
Tributárias	2.751,28	30.482,95
Contribuições	2.751,28	30.482,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	45.995,19	45.740,81
Incentivos	-	9.098,79
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	45.995,19	36.642,02

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-903.221,53	17.962.571,03
----------------------------------	-------------	---------------

NOTAS EXPLICATIVAS:**Nota 1 – Ativo Imobilizado**

Bens Móveis	Bens Imóveis	Softwares, Marcas e Patentes
Valor Bruto 26.382.522,99	Valor Bruto 45.755.941,67	2.588.265,32
Depreciação (-13.103.552,63)	Depreciação (-1.564.650,15)	

Os elementos do ativo imobilizado expostos no quadro acima representam a totalidade do patrimônio físico e intangível da UJ, necessários e suficientes para o funcionamento de 10 zonas eleitorais, 04 postos avançados e a sede do TRE-AP. A conta de Bens Imóveis ainda carece de conciliação com o sistema Spiunet e inclusão dos valores de alguns terrenos onde foram construídos cartórios eleitorais, pois alguns terrenos recebidos em doação das prefeituras ainda não cumpriram todos os requisitos de exigidos para a doação. Ressalta-se também que as contas do Ativo Intangível ainda não passaram por processo de amortização, o que será feito após a conclusão do desenvolvimento do módulo Intangível do sistema ASI Web pelo TSE.

Nota 2 – Passivo Exigível - Provisão de Férias e de 13º Salário

No passivo exigível o valor mais expressivo é de Pessoal, no valor de R\$-1.725.454,65, e representa em maior proporção provisão de férias ainda não usufruídas por servidores no exercício de competência. O registro da referida provisão é realizado em cada mês de competência, em cumprimento à determinação do TCU contida no Acórdão nº 1322/2018. Tanto a provisão de férias como a de 13º salário foram disciplinadas da Orientação SOF/TSE nº 10/2018 e são cumpridas integralmente pela UPC.

Nota 3 – Diferença de valores entre exercícios - Balanço Financeiro

Ao confrontar os valores que compõem os balanços de 2018 e 2019 observa-se uma diferença significativa nos valores das despesas. Em 2019 tivemos despesas inferiores a 2018. Não se trata de redução de gastos e sim de gastos inferiores em ano não eleitoral. Em 2018 ocorreram eleições gerais, razão pela qual os gastos foram maiores e isso acontece sempre em anos eleitorais, pois a logística das eleições demanda um volume maior de recursos para viabilizar a segurança do processo eleitoral e envio das urnas eletrônicas aos mais diversos locais de votação existentes no Estado.

Nota 4 – Restos a Pagar

A execução dos Restos a Pagar não comprometeu o limite de pagamento da UPC, em razão do baixo valor inscrito, ressaltando que nos últimos anos tem sido realizado um esforço permanente no sentido priorizar a execução orçamentária dentro do próprio exercício financeiro, evitando-se, na medida do possível, inscrições em Restos a Pagar. Em 2019 foram inscritos em Restos a Pagar não Processados o montante de R\$-387.670,13, contra R\$-773.871,66 inscritos em 2018, representando uma redução de 50%.

No que diz respeito aos Restos a Pagar Processados, representados pela conta Fornecedores no Balanço Patrimonial, tivemos um registro no valor de R\$-493.701,26 no exercício, contra 8.605,09 em 2018. O saldo a maior se deve a falhas no processamento do sistema ocorrido no último dia útil do exercício.

Nota 5 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Desde o ano de 2010, a Unidade Jurisdicionada cumpre integralmente à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, seguindo ainda as diretrizes contidas na Orientação COFIC/SOF/TSE nº 01/2010. O cálculo da depreciação é totalmente informatizado, feito no sistema ASI Web e conciliado mensalmente.

Atualmente, todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual.

O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I, aplicável a toda a justiça eleitoral.

- Bens Móveis

Em 2019 o saldo de Bens Móveis apresentou saldo de R\$- 26.382.522,99, sem grande alteração em relação ao exercício anterior, anotando que a conta de depreciação acumulada saltou de R\$-11.538.427,24 em 2018 para R\$-13.103.552,63 em 2019. Não obstante o valor da depreciação dos Bens Móveis representar quase 50% do valor bruto dos bens, estes encontram-se em excelente estado de conservação, com controle de localização, responsáveis e demais controles feitos no módulo Patrimônio do sistema ASI Web. Cumpre ainda informar que a UPC realiza anualmente levantamento de inventários.

- Bens Imóveis

O saldo de Bens Imóveis não apresentou alteração em relação ao exercício anterior, porém observa-se que houve um acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada em relação ao ano anterior. Segundo informações da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade. Considerando que o erro só foi identificado após o encerramento do exercício, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. Cumpre ainda informar que relativamente às instalações imobiliárias, a Unidade Jurisdicionada possui instalações próprias para todas as suas unidades administrativas, as quais encontram-se em perfeitas condições de funcionamento, contando, inclusive, com instalações de energia fotovoltaicas.

- Software e Marcas e Patentes

Temos registrado no Intangível o valor de R\$- 2.588.265,32 representando todas as tecnologias de softwares adquiridas no mercado para viabilizar a operacionalização, controle, segurança e agilidade dos procedimentos afetos à área de atuação da Justiça Eleitoral.

Nota 6 – Relativamente à aplicação da NBC T 16.10 e à mensuração de ativos e passivos, a UJ tem adotado os seguintes procedimentos:

- **Material de consumo em almoxarifado:** tem-se adotado a mensuração com base no custo de aquisição, registrando-se no SIAFI e no sistema ASI Web as movimentações diárias ocorridas, elaborando-se ao final de cada mês o Relatório Mensal de Movimentação de Almoxarifado – RMA e o batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade;

- **Bens móveis:** são registrados pelo custo de aquisição, com registro mensal da depreciação e elaboração mensal de Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e batimento de saldos entre o sistema de controle e a contabilidade;

- **Bens imóveis:** são registrados pelo custo de construção somado ao valor do terreno, porém alguns imóveis foram registrados apenas pelo custo de construção, sem o registro do valor do terreno. Isso ocorreu porque a quase totalidade dos terrenos foram recebidos em doação das prefeituras onde estão localizados e a documentação de doação ainda se encontra incompleta.

- **Passivos decorrentes da execução de contratos:** são empenhados pelo valor dos contratos, na proporção da execução no exercício;
- **Passivos de pessoal por insuficiência de crédito/recursos:** não houve valor a ser registrado sob esse título;
- **Passivos contingentes:** não foram identificados passivos contingentes que ameacem a gestão orçamentária e financeira.



14000 - Justiça Eleitoral

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Emitido em: 18/02/2020Unidade OrçamentáriaPeríodo: JAN-DEZPágina 1 de 3

Órgão: 14000 -Justiça Eleitoral

Unidade Orçamentária: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Produto (Unidade) Localizador - Data da Apuração Plano Oçamentario	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
											EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes																	
Ação não possui produto	1.238.400	1.364.338	0	1.364.338	1.364.338	1.364.338	100,00	0	0		--	--	--	--	0	0	
0016 - No Estado do Amapá	1.238.400	1.364.338	0	1.364.338	1.364.338	1.364.338	100,00	0	0		--	--	--	--	0	0	
0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União - Pessoa beneficiada - 09/01/20	1.238.400	1.364.338	--	1.364.338	1.364.338	1.364.338	100,00	480	--	500	104,17	--	104	--	0	0	--

Análise do Plano Orçamentário

A Resolução TRE/AP nº 224/2003, dispõe sobre a aplicação do Programa de Assistência Médica, Hospitalar, Psicológica, Ambulatorial e Odontológica. Ao longo do exercício, as despesas com a Assistência à Saúde foram custeadas em parte pelo TRE/AP, por meio de orçamento próprio, e em parte pelos servidores. Cada servidor, ante uma cautela da Administração e ante a contingência orçamentária em nível nacional, contribui com uma cota-parte vinculada à função comissionada ou cargo em comissão que eventualmente ocupe: em percentuais de 30%, de 40% ou de 50%. Referido percentual é alterado de acordo com a avaliação orçamentária. No exercício de 2019, houve necessidade de crédito adicional para atender à demanda, sem que fosse necessário aumentar o percentual da cota parte do servidor. Apesar da meta física realizada estar além da estabelecida na LOA/2018, todos beneficiários legais foram contemplados na referida ação. Houve execução de 100% da dotação do exercício. Metodologia de apuração da execução física: considerado o número máximo de beneficiários no período de janeiro a dezembro: 500.

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.
" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário. "
** " - Campo com 'preenchimento opcional'.
- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.
- Disponível no sítio www.siop.planejamento.gov.br



14000 - Justiça Eleitoral

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Emitido em: 18/02/2020Unidade OrçamentáriaPeríodo: JAN-DEZPágina 2 de 3

Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral

Unidade Orçamentária: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Ação: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral																		
Eleitor atendido - unidade	10.906.940	12.195.274	0	12.193.251	11.805.581	11.313.480	96,80	512.110	502.992	509.899	102,85	0,00	99,57	101,37	382.413	382.413	509.899	
0016 - No Estado do Amapá - 09/01/20	10.906.940	12.195.274	0	12.193.251	11.805.581	11.313.480	96,80	512.110	502.992	509.899	102,85	0,00	99,57	101,37	382.413	382.413	509.899	
Análise do Localizador																		
- O desempenho físico e financeiro, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstra responsabilidade na gestão. Os limites de pagamentos impostos pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, levou o Tribunal a reestruturar os processos de planejamento e gestão orçamentária, bem como adotar medidas para a redução de despesas e adequação da estrutura orçamentária e financeira ao teto de gasto. - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: na apuração da meta física, foi considerada a execução correspondente ao eleitorado atual no estado - ELEITORADO EM NOVEMBRO/2019.																		
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa - Eleitor atendido - 09/01/20	10.574.896	11.828.230	--	11.828.219	11.440.549	10.948.449	96,72	512.110	--	509.899	102,94	--	100	--	382.413	382.413	--	
Análise do Plano Orçamentário																		
- REALIZADO: 509.899: foi considerado o ELEITORADO EM NOVEMBRO/2019 – último mês fechado para consulta na data de hoje (09/01/2020). Disponível no endereço eletrônico http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo .																		
0002 - Capacitação de Recursos Humanos - Servidor capacitado - 09/01/20	332.044	367.044	--	365.032	365.032	365.032	99,45	160	--	160	100,55	--	100	--	0	0	--	
Análise do Plano Orçamentário																		
- A execução da meta ocorreu de acordo com o Planejado para o período no Plano Anual de Capacitação – PAC/TRE: 160 SERVIDORES CAPACITADOS., atingindo 100% da meta física estabelecida na LOA/2019.																		

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.
" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário. "
** " - Campo com 'preenchimento opcional'.
- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.
- Disponível no sítio www.siop.planejamento.gov.br



14000 - Justiça Eleitoral

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Órgão: 14000 -Justiça Eleitoral

Unidade Orçamentária: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Produto (Unidade) Localizador - Data da Apuração Plano Oçamentario	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
											EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Ação: 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes																	
Ação não possui produto	1.926.387	1.869.661	0	1.805.001	1.805.001	1.805.001	96,54	0	0		--	--	--	--	0	0	
0016 - No Estado do Amapá	1.926.387	1.869.661	0	1.805.001	1.805.001	1.805.001	96,54	0	0		--	--	--	--	0	0	
0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados - Pessoa beneficiada - 09/01/20	284.970	238.983	--	230.260	230.260	230.260	96,35	33	--	29	91,21	--	88	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																	
- Metodologia de apuração da execução física: considerado o número de beneficiários no mês de dezembro/2019.																	
0003 - Auxílio-Transporte de Civis - Pessoa beneficiada - 09/01/20	1.200	300	--	0	0	0	0,00	1	--	0	--	--	0	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																	
Referida ação não apresentou execução orçamentária/financeira e física, em virtude de não ser solicitado o referido benefício por parte de nenhum servidor.																	
0005 - Auxílio-Alimentação de Civis - Pessoa beneficiada - 09/01/20	1.594.461	1.585.281	--	1.572.105	1.572.105	1.572.105	99,17	146	--	141	97,38	--	97	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																	
Metodologia de apuração da execução física: considerado o total de pessoas beneficiadas no mês de dezembro: 141																	
0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	45.756	45.097	--	2.637	2.637	2.637	5,85	0	--	--	--	--	--	--	0	0	

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário. "

** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.
- Disponível no sítio www.siop.planejamento.gov.br